

**MOÇÃO
DE ESTRATÉGIA
GLOBAL**

POR uma Geração com FUTURO

[HTTP://WWW.GERACAOCOMFUTURO.COM](http://www.geracaocomfuturo.com)

1º SUBSCRITOR
DUARTE MARQUES

Agradecimentos

Todo este projecto depende do teu envolvimento.

Este é o nosso Projecto para a nossa JSD!

Deixo aqui um agradecimento a todos aqueles que participaram e enviaram contributos para que esta Moção de Estratégia Global fosse possível.

Esta moção, que tenho o prazer de subscrever, teve como autores:

António Cardoso Pinto; Luís Pinto; Isabel Capoulas; Pedro Lopes; Nuno Palas; Humberto Martins; Nuno Craveiro; Carlos Eduardo Maia Dias; Manuel Nery Nina; Nuno Brito Jorge; António Ribeiro Matos; Alírio Belchior; Joana Seabra; Tiago Cunha; Ana Cristina Reis; Nuno Palas; Francisco Oliveira; Jorge Serrote; Ricardo Morgado; Ricardo Carvalho; Ivo Santos; João Ascenso; Pedro Meireles; Bruno Barracosa; Jean Barroca; César Vasconcelos; Ruben Carvalho; Pedro Teixeira Pereira; Adolfo Jácome; Fernanda Azóia; Marta Caseirito; Armando Rosa; Rosa Moreto; Ruben Pinto; Miguel Martins; Susana Santos; Guilherme Diaz Bérrio; Jorge Ferreira; Diogo Agostinho; Bruno Gaspar; Pedro Lourenço Pereira, Rui Monteiro Lopes; André Magalhães; Alberto Jorge; Hugo Miranda; João Marques; Hugo Soares; Margarida Balseiro Lopes; João Paulo Meireles; Pedro Pereira; Luís Santos; Miguel Arriaga; Nataniel Araújo; Jorge Garcez; Pedro Pimpão; Paulo César Luís; Vera Machado; Pedro Figueiredo; Liliana Geada; Ricardo Acto; André Pardal; Vânia Jesus; Pedro Esteves; Bruno Coimbra; José Baptista; Diogo Rodrigues; João Paulo Oliveira; Hélder Araújo; Ruben Fonseca.

Uma palavra muito especial ao Ivo Santos e ao Ricardo Carvalho, que aceitaram o desafio para Coordenadores da Moção, bem como à Helena Coelho que fez a revisão final do texto.

A todos o meu muito obrigado!

Um abraço,

Duarte Marques

Índice

Prólogo

1. Que País queremos para Portugal?

2. Que caminho?

- Quem?
- Como?
- Porquê?

3. O que nos motiva?

- Emancipação Geracional
- Social-Democracia Em Pleno
- Compromisso com o que Defendemos, Coerência com o que Acreditamos!
- Resgatar o Futuro - Uma Nova Geração!

4. Para quem?

- Sub-18
- Estudantes do Ensino Superior
- Jovens Desempregados:
 - Com Formação Superior
 - Sem Formação Superior
- Jovens com Emprego “Precário”
- Jovens com Emprego: a Construção de um Projecto de Vida

5. Desafios políticos – No que acreditamos?

- Emprego – Promover o Emprego, Defender o Trabalho
- Recibos Verdes vs. “Falsos Recibos Verdes”
- Educação – Mais Competências, Melhor Conhecimento
- Habitação – Um Lar para cada Jovem
- Vida Saudável e Comportamentos de Risco
- Desenvolvimento Sustentado
- Solidariedade Inter-Generacional

- O Interior também é Portugal
- Geração das Autonomias

6. O que nos propomos mudar!?

- JSD a tua Organização
- Sede Virtual
- Academia JSD
- Jovens Autarcas

7. O que será diferente na JSD?

- Call for Paper
- Votos aos 16 anos

8. Carácter político, corpo jovem!

Prólogo

Qualquer iniciativa que se relacione com a política e tenha como destinatário imediato a resolução dos problemas da Juventude Portuguesa depara-se com a questão:

O que esperam os Jovens da Política?

As respostas serão certamente muitas, mais ou menos completas, com mais ou menos densidade. Mas há uma que muitos vaticinam: **os jovens não revelam o mínimo interesse pela política!**

No entanto, sabemos que os jovens se preocupam com *Políticas*, embora se sintam cansados e descrentes das *Polítiquices*, facto demonstrável não só pelos estudos realizados, mas também pela análise empírica.

Na verdade, **os jovens preocupam-se com o seu futuro**, interrogam-se sobre a sua qualidade de vida, ambicionam um conforto emocional, profissional e social, que esteja à altura das suas – exigentes – expectativas, pois sentem que o merecem, numa espécie de procura constante de melhoria contínua da realidade em que se encontram.

O caminho a que nos propomos representa a consagração de uma **Nova Geração**, que ambiciona ser mais eficaz, mais exigente, mais rigorosa, mais credível, mais ética e mais responsável, não deixando de firmar cada posição política com base nos princípios que defendemos e em que acreditamos.

Constrangimentos

Portugal vive constrangido, envergonhado, sente-se mal consigo. Vive angustiado e sem destino.

Portugal está como um jovem desempregado: sem alento, sem um desígnio, um projecto pelo qual valha a pena lutar; cansado, desiludido, não se acha capaz de fazer melhor.

É um País constantemente advertido pela Comunidade Internacional – FMI, BCE, UE, OCDE e Agências de Rating – dada a sua particular situação ao nível económico e social.

Dados Sociais e Económicos

A conjuntura que Portugal atravessa actualmente é alarmante.

Quando o Governo do Partido Socialista, liderado pelo Eng. José Sócrates chegou ao Governo, no 4º trimestre de 2005, a taxa de desemprego tinha atingido o valor de 8,0%.

Em 2010, a taxa de desemprego do 2º trimestre foi de 10,6%. No 1º semestre atingiu os 10.8%, tendo-se fixado no último trimestre em 11%.

Este valor é superior ao observado no período homólogo de 2009 em 1,5% e igual ao observado no trimestre anterior.

Em 2005 o número total de desempregados era de 447,3 mil pessoas, tendo **o número de desempregados em 2010 atingido as 589,8 mil pessoas, ou seja, mais 142.500 pessoas**, o que significa que o actual Governo não só falhou com a sua promessa de criar mais 150.000 postos de trabalho, como contribui para a destruição de mais 142.500!

Mas se na generalidade a situação é muito grave, na população jovem o resultado do exercício deste actual Governo é de facto desastroso.

No final do ano de 2005, a taxa de desemprego nos jovens entre os 15-24 anos era de 16,1 % e nos jovens entre os 25-34 anos 8,9%.

Em Setembro do presente ano **a taxa de desemprego ascendeu a 20,3% nos jovens entre os 15 e os 24 anos e a 15,5% no intervalo dos 25-34 anos**, que se traduz em 180.000 jovens no desemprego, representando mais 50 000 jovens sem emprego face a igual período de 2005.

Emigração Jovem

A Emigração Jovem é também uma realidade que muitos jovens têm que enfrentar.

A falta de perspectivas de realização pessoal e profissional plenas em Portugal e o desalento relativamente à concretização de um incremento na qualidade de vida no País, fez com que, segundo dados do INE, só entre Abril e Junho deste ano, tivessem saído do país perto de 20 mil jovens.

É verdade que a emigração pode e deve ser vista como um fenómeno positivo quando tem por base a escolha feita por um jovem que pretende alargar horizontes e construir um percurso com experiências internacionais; sucede, porém, que hoje, a maioria dos jovens recorre à emigração por imperativos económicos, quando não mesmo para garantir a mera sobrevivência.

Hoje, os jovens que emigram são jovens que fogem de um País que consideram condenado, podendo até mesmo serem considerados como refugiados de uma economia e sociedade que nada mais tem para lhes oferecer.

Sistema De Saúde em Portugal

A despesa pública do Estado atinge valores recorde e a dívida externa é verdadeiramente alarmante.

Na saúde, a despesa do Estado não pára de aumentar.

Só no primeiro trimestre do ano, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) gastou mais de 2,5 mil milhões de euros, um agravamento de 39 milhões de euros face a 2009.

No que toca à comparticipação de medicamentos, a despesa rondou 418 milhões de euros, tendo-se destinado os restantes 2,135 mil milhões a gastos com pessoal, compras, contratos com fornecedores, serviços de saúde e diagnósticos.

Por dia, o SNS gastou nos primeiros três meses de 2010 cerca de 28,4 milhões de euros, superando em 28 milhões de euros a despesa respeitante ao mesmo período do ano anterior.

Contudo, **a eficácia do Sistema de Saúde continua longe de estar à altura das expectativas dos contribuintes e beneficiários.**

Foram fechadas unidades de saúde, não existe uma verdadeira política de prevenção e rastreio dos comportamentos de risco e da toxicodependência e cerca de **400 mil portugueses não têm sequer um médico de família** que previna e acompanhe na doença.

A acrescentar a um modelo despesista dos recursos do Estado na Saúde, verifica-se ainda um sentimento generalizado de que nele grassa a ineficiência.

É um **sistema que prima pela grave injustiça social e falta de equidade**, em que a celeridade do acesso a um tratamento de saúde e a sua eficácia dependem da disponibilidade financeira, da proximidade geográfica a centros de tratamento e a conhecimentos paralelos no sistema de saúde.

Daqui resulta um **comprometimento da universalidade do sistema**, tornando gritantes as desigualdades entre cidadãos.

Temos, assim, um modelo de saúde, em que, muitas vezes, só os que mais têm é que são tratados dignamente e com um serviço de qualidade.

O carácter público e gratuito do SNS não passa, pois, de uma fantasia sem qualquer âncora no quotidiano dos portugueses. Os bolsos dos cidadãos são a testemunha recorrente de uma “tendencial gratuitidade” enviesada, segura e firme no papel, mas inconsequente na realidade.

(In)sustentabilidade do Sistema de Segurança Social

O Sistema de Segurança Social tem conhecido sucessivas “pseudo-reformas”.

Tais reformas, pouco têm caminhado no sentido de tornar o sistema verdadeiramente sustentável e, até ao momento, fruto de medidas mais ou menos eleitoralistas e meramente conjunturais, apenas visam adiar por mais alguns anos a ruptura do actual sistema. Não passam, por isso mesmo, de meras operações de cosmética, que não resolvem a questão de fundo.

A insustentabilidade do sistema de pensões da Segurança Social é de fácil constatação: as contribuições pagas pelos trabalhadores no activo são imediatamente gastas para pagar as despesas actuais.

O sistema que hoje existe assenta na transferência directa das contribuições obrigatórias dos trabalhadores no activo para os pensionistas. Tal sistema não prevê qualquer capitalização desses recursos para fazer face às obrigações futuras e que serão evidentemente necessárias quando os actuais trabalhadores se reformarem. As pensões futuras dos trabalhadores, que hoje são obrigados a financiar o sistema, dependem, não da capitalização das suas contribuições acumuladas, mas da “esperança” da Segurança Social conseguir extrair receitas suficientes à geração de trabalhadores seguintes. Ou seja, face ao envelhecimento da população portuguesa, com a pirâmide etária a inverter-se, a população contributiva correrá o risco de ser menor que a pensionista. Coloca-se, assim, em causa, todo o sistema de pensões da Segurança Social.

Estamos, portanto, perante um **regime de pensões insustentável.**

Num contexto de expansão demográfica e de esperança de vida substancialmente inferior à actual, a falta de cobertura era compensada pelo elevado rácio de trabalhadores no activo por cada beneficiário, que permitia fazer face às contínuas pressões políticas para aumentar os gastos do sistema sem gerar uma ruptura.

No entanto, com o aumento da esperança de vida e a estagnação demográfica, a insustentabilidade do sistema torna-se evidente.

O futuro da nossa geração é aquele que mais intimamente se vê confrontado com este problema, sendo certo que a manter-se o modelo actual, a ruptura do sistema é certa e as contribuições prestadas pela nossa geração servirão apenas para fazer face às despesas do sistema actual, não precavendo o futuro dos jovens.

Importa por isto iniciar um processo profundo de reflexão, conhecendo e comparando modelos e num quadro de **solidariedade inter-geracional** perceber quais as soluções mais eficazes para a resolução deste problema.

Desde logo, pensamos que o caminho poderá passar pela **possibilidade, dada aos trabalhadores, de dirigirem as suas contribuições** (ou pelo menos parte delas) para contas individuais de capitalização.

Deste modo, as poupanças de cada trabalhador seriam investidas e utilizadas para o pagamento das suas pensões quando atingissem a idade de reforma.

O Estado poderia garantir o pagamento de uma pensão mínima a todos os reformados, devendo no entanto a componente redistributiva do sistema ser integralmente separada das contas individuais de capitalização, de forma a salvaguardar a sustentabilidade da Segurança Social.

Acreditamos num novo modelo de funcionamento, assente num sólido pilar de capitalização, capaz de assegurar um regime de pensões viável a longo prazo. Trata-se de uma solução politicamente difícil mas é provavelmente a única política verdadeiramente sustentável.

Educação

A Educação enfrenta complexos e profundos desafios, não tendo conseguido nos últimos anos superar deficiências estruturais da evolução do sistema educativo.

Grande parte dos jovens continua a sair das escolas sem as competências necessárias para vencer as dificuldades que a vida lhes reserva, não conseguem apresentar conhecimentos úteis às empresas e às necessidades do mercado de trabalho.

O aumento da escolaridade mínima obrigatória para o 12º ano, sem um verdadeiro plano educativo nacional, assente na autonomia das escolas, na liberdade de ensino, na liberdade de aprendizagem e na exigência, **em nada contribui para não comprometer irremediavelmente a vida de milhares de jovens.**

A verdade é que se trata de uma medida meramente administrativa para responder a dados meramente estatísticos.

A provar esta realidade conhecemos os relatórios da OCDE, onde entre os 30 países membros da Organização, **Portugal é o que regista uma maior taxa de abandono escolar.**

De acordo com dados da OCDE relativos a 2007 apenas 73% dos portugueses completou o Ensino Obrigatório.

No Ensino Superior, os números não são igualmente animadores, na medida em que mais de metade dos alunos que terminam a licenciatura, não consegue encontrar emprego.

No Ensino Secundário, 61% dos finalistas espera, em média, meio ano por trabalho.

No Ensino Superior, temos hoje mais diplomados em Ciência e Tecnologia, em especial nas áreas da Engenharia, assim como temos mais Doutorados.

Contudo, a economia não reage a este investimento e a esta aposta no conhecimento e tecnologia.

Segundo uma análise disponível no Site do Plano Tecnológico, a taxa de investigadores em Engenharia e Tecnologias da Informação mais do que duplicou, o que também aconteceu ao peso do pessoal em I&D. A percentagem de doutorados em Ciência e Tecnologia subiu 36% e a de diplomados quase triplicou. Contudo este investimento não teve qualquer resultado na balança comercial, sendo que a economia não conheceu nenhum melhoramento no que diz respeito ao investimento feito em I&D e Conhecimento.

O Ensino Superior continua a não ter uma rede organizada, que compreenda as necessidades económicas do País, ou sequer aposte numa formação para o desenvolvimento e realização da pessoa com base no conhecimento.

As formações ministradas não têm em atenção as necessidades do mercado de trabalho, sendo que o divórcio entre o Ensino Superior, o mercado de trabalho e o País real tem como consequência, na maioria dos casos, o desemprego jovem.

Hoje, vivemos o drama de que aquilo que é oferecido aos jovens em formação contribui apenas para a sua ilusão e não corresponde, a maioria das vezes, às criteriosas ferramentas de que necessitam para a sua realização.

São poucos, por isso, os incentivos ao estudo e à formação, isto porque o investimento financeiro, intelectual e de tempo necessário à obtenção de um grau académico não tem repercussão no mercado de trabalho. É esse o verdadeiro incentivo de que os jovens

carecem. Aliás, nem a acção social escolar é mais uma forma de garantir que nenhum jovem deixa de estudar por razões financeiras, uma vez que se continuam a verificar atrasos sucessivos, reiterados e inadmissíveis no pagamento das bolsas de semestres.

1. O que queremos para Portugal?

Portugal tem que deixar de viver “sub”: “Subvalorizado”, “Subdesenvolvido”, “Subempregado”, “Subprodutivo”.

A nossa geração tem que fazer a sua **Declaração de Independência** face aos constrangimentos que conhecemos!

Queremos que Portugal seja um País onde o impossível seja possível, onde o Paternalismo não tenha mais lugar, onde a vontade e o acreditar sejam a base de tudo.

Não queremos um Portugal onde nos dizem o que é possível, queremos um Portugal que nos diga que tudo é possível.

Um Portugal solidário que acredite e apoie os projectos de vida de cada um, promovendo assim o direito à autodeterminação e à afirmação individual, no respeito pelo valor intrínseco de cada cidadão.

Um Portugal onde os projectos individuais de cada jovem contribuem para a harmonia colectiva de um projecto nacional, de um verdadeiro desígnio patriótico.

Um País que confie na iniciativa, que incentive e reconheça o mérito. Um País que acredite no valor inestimável e no importante contributo que cada português, no limite das suas possibilidades, pode dar, mas em que cada pessoa assume também a sua responsabilidade individual. **Onde os cidadãos além de direitos assumam também os seus deveres para com a comunidade.**

Um País onde cada um estará tanto melhor quanto o seu vizinho, amigo ou conhecido estiver melhor também, numa refundação dos valores da identidade e liberdade pessoal consagrados no difícil, mas possível, enquadramento de uma realização colectiva.

Um País onde o Estado não impõe; um País onde o Estado não substitui; antes colabora; um Estado que confia, um Estado que não dá, antes ajuda a ganhar; um Estado onde a Liberdade e a Equidade são valores estruturantes.

Um País onde o Estado é realmente justo, mas onde a liberdade colectiva não pode ser ameaçada pelo oportunismo, pela corrupção, pelo clientelismo. Um Estado que diz não a qualquer ameaça ao desenvolvimento e progresso que a nova geração ambiciona.

Portugal é um país cheio de potencial. Um potencial que advém do muito que é preciso fazer, de uma identidade colectiva que está disponível para o fazer, pela inevitabilidade de ter de melhorar ou viver eternamente condenado ao fracasso. Somos nós, é a nossa geração, que é convocada para protagonizar este momento.

Queremos que Portugal assuma um rumo, um destino, que esse destino seja resultado de um amplo debate em que todos participemos e em torno do qual nos mobilizemos.

Que o Estado deixe de se resumir a um mero distribuidor dos recursos que o País (não) tem ou a planear (mal) um programa de governo, fruto de uma conjuntural eleição e passe a adoptar um desígnio de desenvolvimento nacional.

Que perceba como pode ser mais independente do exterior, no que respeita à energia, ao financiamento, à alimentação, ao têxtil, à mecânica, enfim, a cada uma das dimensões do País.

Portugal e o seu Estado têm que passar a ser responsáveis, e responsabilizados, têm que passar a ser eficazes, e avaliados.

Em suma, **um País com um Estado estratega e não operacional.**

2. Que Caminho?

O caminho que propomos considera a JSD mais do que uma organização de Juventude com jovens que procuram ser políticos de miniatura.

Ao contrário de outras Juventudes Partidárias, a JSD, de facto, nunca o foi.

Mas chega a hora de querer ser mais!

A JSD será o Partido da Juventude.

Os Jovens de hoje são, na sua maioria, solidários, participando em movimentos, grande parte das vezes de voluntariado, para auxiliar quem mais precisa.

Os Jovens de hoje são diferentes entre si e procuram afirmar a sua diferença.

Quebraram preconceitos e atingiram um nível de conforto social que não aceitam que conheça um retrocesso e, por isso, têm, na sua generalidade, mais iniciativa.

Não esperam mais que o Estado lhes garanta tudo, sendo que em muitos casos a solução que se lhes apresenta como viável não é outra que não a emigração.

É uma geração que sabe e está disponível para pagar o custo da crise, num inevitável contributo para a solidariedade geracional que se lhe exige, mas não está disponível a pagá-la a qualquer preço.

A JSD deve, assim, assumir um papel fundamental na resposta que enquanto organização, pode apresentar aos jovens, sendo transversal nas políticas, interferindo nos centros de decisão, para que estejam à altura das exigências e expectativas de mudança e alteração de paradigma que os jovens esperam encontrar a breve prazo no País.

Quem?

As organizações não são mais do que entidades em representação de um grupo de pessoas com interesses, visões, e enquadramentos partilhados.

A JSD quer ser o Partido da Juventude e ambiciona uma emancipação nacional, tendo como meio uma ruptura geracional responsável e solidária.

Os protagonistas deste projecto político devem por isso compreender a exigência e a responsabilidade que lhes é exigida.

Os Jovens procuram nos agentes políticos, sejam político-partidários ou líderes de quaisquer outras organizações políticas (associações juvenis, de estudantes ou outras), representantes com responsabilidades que respondam eficazmente, em primeira instância aos problemas que diariamente afectam o seu quotidiano e numa segunda instância, que apresentem soluções transversais a uma determinada geração e por fim se preocupem com os restantes problemas que desafiam o passado, o presente e o futuro do País.

Nasce, por isso, a consciência colectiva da instauração de uma geração de mudança, conhecedora, disponível para o sacrifício financeiro de maior contributo do cidadão para as despesas do Estado, mas que é também mais exigente com a qualidade da democracia, com o exercício dos cargos públicos e políticos, com a responsabilidade e ética social, com preocupações que passam pelo emprego, pela educação, pela saúde, pelo ambiente, pela energia, pelo papel do mar e pela qualidade de vida.

É esta geração que a JSD terá de representar.

Uma energia positiva, limpa dos preconceitos e claramente catalisadora de um Novo Portugal, emancipado de complexos.

Quem quer que sinta que Portugal pode deixar de ser o País que é, o País que foi e que não acredite em condenações fatalistas do destino, ou em crenças mitológicas de sebastianismos

proclamados em Abril, mas considere que o valor do País é fundamentalmente o seu capital humano, mais conhecedor, arrojado, dinâmico e comprometido com um futuro com mais qualidade de vida para todos, é invariavelmente, parte integrante da resposta à pergunta:

Com quem construir o futuro de Portugal?

Como?

Torna-se necessário quebrar com tabus e garantias passadas, sobre o que é garantido aos cidadãos, as competências e obrigações atribuídas ao Estado e onde deve emergir a iniciativa privada e social.

Torna-se por isso fundamental repensar o Estado, com evidentes alterações do paradigma de País que somos e que queremos ser, o que se traduz numa alteração de determinados princípios constitucionais, mas fundamentalmente, sugerindo um amplo debate público sobre os caminhos que os jovens encontram para que Portugal seja o que pode ser e não aquilo que é.

O Estado Social como o concebemos faliu. Cerca de 85% das receitas do Estado são consumidas por despesas sociais, verificando-se uma acentuada tendência para o aumento das referidas despesas, sem contudo se verificar um aumento da qualidade dos serviços prestados pelo Estado.

As reformas sociais da nossa geração não estão asseguradas, a sustentabilidade do Estado Social está inquestionavelmente comprometida, pelo que a construção de um novo paradigma de Estado tem de partir desse pressuposto de base.

A iniciativa de cada um, na busca pela realização pessoal e prossecução da felicidade, a par de uma nova ordem pública, em que o Estado deixa de ser uma entidade gigantesca, paternalista e em tudo presente, constituem os pilares fundamentais.

Como pode Portugal ser um País melhor?

Devem ser repensadas as presenças do Estado na esfera da economia assumindo claramente um carácter regulador. **O Estado não pode simultaneamente participar no domínio das actividades económicas e regular as mesmas.**

Tal concepção implica, necessariamente, **redefinir as funções do Estado.**

Implica que questionemos o nível de intervenção que o Estado deve assumir. Como se deve relacionar com o sector privado e com o sector social? Em que medida se deve posicionar na prestação de serviços sociais? Que nível de intervenção deverá ter na economia?

O mundo atravessa uma crise profunda, que não é só económica e financeira, mas também social, que não é apenas motivada por razões de natureza conjuntural, mas provocada pela falência do Estado Social, motivada pela falência de um determinado modelo de Estado.

Nesse sentido, as novas gerações reclamam que se encontrem respostas para o momento de profunda ansiedade que vivemos. Respostas que têm de partir da ideia fundamental que o modelo de Estado em que vivemos precisa de uma viragem. Construído pela geração dos nossos avós, vivido pelos nossos pais que tiveram no passado a capacidade para dar respostas adequadas às necessidades de então. Hoje, sejamos realistas, encontra-se falido.

O ponto de partida para uma reflexão séria e responsável sobre o futuro do nosso país, terá necessariamente de ser a redefinição do que a Europa e o Ocidente conheceram como o “*Estado Social*” ou “*Estado Providência*”.

Temos a noção de que é um ponto de partida inconveniente, desconfortável e politicamente difícil, mas necessário.

Para isso temos de pôr em causa ideias feitas, derrubar velhos preconceitos, rejeitar dogmas e princípios aparentemente universais e imutáveis mas que demonstraram ter alcançado o seu limite de validade.

O modelo que defendemos é um modelo de partilha social, entre a *res publica* e o domínio da esfera privada.

Um modelo em que os cidadãos não só reclamem os seus direitos, como também assumam os seus deveres.

Um modelo no qual não estejamos à espera do Estado para solucionar todos os problemas da vida dos cidadãos, mas confiemos também e sobretudo na capacidade de intervenção da sociedade civil, do sector privado, social e dos próprios indivíduos.

Um modelo em que confiemos acima de tudo nas pessoas, na sua capacidade de transformação e de mobilização, consubstanciado no primado do indivíduo.

Um modelo que rejeita que o Estado sufoque o cidadão, as empresas e a sociedade civil.

Um modelo que rejeite que o Estado esteja em todos os elementos da vida das pessoas.

Um modelo que fundamentalmente se preocupe com a garantia da igualdade de oportunidades e com a efectiva mobilidade social dos cidadãos.

Um modelo que afirme que mais importante do que a natureza dos prestadores dos serviços (público, privado ou social) é a qualidade dos mesmos e a igualdade de acesso dos cidadãos àqueles, independentemente da sua condição económica e social, que verdadeiramente importam.

3. O que nos motiva?

Um projecto político sólido, responsável e sustentado para o futuro de Portugal e dos jovens portugueses, assente em 4 vectores estruturais:

- a) Emancipação Geracional;
- b) Social-Democracia em Pleno;
- c) Compromisso com o que Defendemos, Coerência com o que Acreditamos!
- d) Resgatar o Futuro - Geração Liderante!

a) Emancipação geracional

O País precisa de uma reforma profunda.

Os decisores sociais, sejam responsáveis políticos, empresários, responsáveis de organizações ou outros agentes decisores, não têm acompanhado o desenvolvimento que o País e o mundo conheceram nos últimos anos.

O nosso País é governando por uma classe política que assumiu responsabilidades demasiado cedo e que por isso entende não ter chegado ainda ao fim o seu período de exercício do Poder, embora estejam há tempo demais a tentar mudar tudo, para que tudo permaneça na mesma.

É por isso necessário afirmar a introdução de modelos de alternância do poder, atribuindo mais competências a uma nova geração que não só está disponível, como é conhecedora e capaz de assumir tais responsabilidades.

A Emancipação Geracional é a tônica que deverá dominar o quadro reformista que necessitamos.

Se serão os jovens os “pagadores” das decisões passadas e presentes que empurram para o futuro a factura da crise, queremos também, pelo menos, participar no processo de decisão e construção das soluções de futuro.

Basta de retórica paternalista no discurso político relativamente aos jovens!

Este é claramente um manifesto de consciência do poder, da responsabilidade e da credibilidade que os jovens hoje têm, para eles próprios tomarem o destino do futuro que por eles, e só por eles, aguarda.

A **solidariedade inter-geracional** consiste num conceito que reclama um novo paradigma social. A responsabilidade na decisão, num quadro de motivação ética, que vise o conforto e o equilíbrio social, com conhecimento e determinação, deve ser o caminho. Assim se substitui a valorização do enriquecimento fácil, sem esforço e desleixado, daqueles que não conseguem o sucesso nas suas vidas a não ser por esta via.

Ambicionemos um paradigma que valorize o melhor em cada um, que apele à iniciativa, que acredite no potencial humano e faça acreditar cada um nas suas virtudes e no que tem de melhor para oferecer em seu proveito próprio e num quadro de bem-estar colectivo, unindo os portugueses pelas suas capacidades e não pelos seus lamentos.

Os jovens podem e devem tomar parte das decisões construindo o futuro. Devem dotá-las de compreensão e responsabilidade, com perspectiva e destino, sugerindo a substituição do conflito geracional, que em muito se deve a um sentimento colectivo de falta de esperança e rumo nacional, por uma atitude de responsabilidade colectiva e partilhada. Devemos harmonizar interesses e objectivos, com base numa matriz de cooperação intemporal, num pacto de hoje projectando a construção de um futuro mais próspero, mais consciente e mais solidário. Em suma: um futuro melhor para todos.

Apenas o compromisso entre gerações, visando um projecto comum, que considere interesses partilhados, decisão partilhada e responsável, poderá constituir um tecido decisor eficaz e completo, tendo em vista uma mudança efectiva para Portugal.

b) Social-democracia em pleno

A afirmação dos valores da social-democracia: liberdade, igualdade e solidariedade (que estão hoje tão actuais como no momento da fundação do partido e a actual crise só veio reafirmar a sua pertinência como resposta ideológica aos nossos desafios enquanto comunidade) **constituem os princípios de afirmação desta emancipação geracional para a qual pretendemos convocar todos os jovens.**

A **Liberdade** deve ser afirmada numa nova perspectiva: a Liberdade individual e social de afirmação do sonho, da procura pela felicidade e da concretização de um modelo social mais justo, no respeito pela autodeterminação e identidade de cada um.

O Humanismo e a iniciativa individual constituem assim princípios intimamente relacionados com a Liberdade de cada um, sobre os quais devemos construir um novo modelo social, que valorize o que de melhor há em cada indivíduo, pedindo a este o seu compromisso com o melhor que juntos poderemos construir para todos.

Igualdade, mas sem igualitarismo, em que a necessidade de estabelecer um quadro de igualdade de oportunidades, mas também igualdade na afirmação do direito de cada um desenvolver os seus projectos de vida de acordo com as idiosincrasias, crenças e valores, numa clara aposta na autonomia e no direito que cada um tem à construção do seu projecto de vida.

Igualdade, como a concebemos, não se confunde, portanto, com um igualitarismo castrador, paternalista e que abafa qualquer intenção de acreditar no valor do capital humano, em suma, no valor que juntos ou sozinhos podemos introduzir na sociedade que nos rodeia.

Solidariedade, através da adopção de uma condição partilhada que resulte na comunhão de atitudes e de sentimentos, de modo a constituir uma sociedade em apreço por uma unidade sólida, capaz de resistir às forças exteriores e mesmo de tornar-se ainda mais firme em face de adversidades sociais que se apresentem.

A solidariedade deverá apresentar-se como uma matéria estruturante no capítulo dos valores sociais. Portugal é naturalmente um País tolerante, acolhedor, histologicamente bom, com gente solidária.

Este deve por isso continuar a ser um valor a presidir à construção de um país que se irá motivar permanentemente e entre si, não deixando ninguém para trás ou pior, mas apelando ao que de melhor há em cada um, sendo que a solidariedade que defendemos é parte do carácter do novo português, que é também mais responsável, activo, e empenhado.

c) Compromisso com o que Defendemos, Coerência com o que Acreditamos!

O nosso compromisso é claro!

Temos como origem uma ideologia, temos como destino uma nova narrativa social, acreditamos que o caminho passa pela afirmação constante do que defendemos.

É esse o nosso compromisso: um compromisso com o que defendemos, honrando-o sempre que este seja posto à prova.

Portugal merece uma consciência renascida, uma missão que se distinga. Exige-se um País que se revele honrado, digno das responsabilidades atribuídas pelos cidadãos, numa

nova Política mais participada, mais exigente mas mais transparente também, que leva mais tempo, é mais demorada, mas é mais sólida e por isso mais eficaz.

Queremos uma Política onde os seus intérpretes sejam dotados de uma postura virtuosa: uma postura que se exige dos representantes políticos, dos gestores, dos detentores de cargos públicos, num novo contrato e compromisso eleitoral e social com aqueles que colocam *a coisa pública* na mão de cada um.

A qualidade da democracia, na relação entre eleitores e eleitos, na responsabilidade e na consciência no exercício de cargos públicos ou políticos, deve obedecer a padrões de coerência com as declarações de convicção que levaram ao voto de confiança que se traduz na eleição para esses cargos.

A afirmação da confiança revela-se através do exercício coerente, com os princípios e as propostas declaradas.

O que defendemos, portanto, é uma defesa dos valores da estabilidade política e da verdade, sem demagogias e com muita responsabilidade.

As convicções são parte integrante da condição jovem.

Ser jovem é acreditar, é sonhar!

A JSD deve honrar este espírito com responsabilidade, conhecimento e coerência, afirmando ser um referencial de confiança dos jovens que merece o respeito e a credibilidade deles, porque estes saberão que **o nosso compromisso é o que defendemos, a nossa coerência é dedicada ao que acreditamos.**

d) **Resgatar o futuro – Geração liderante!**

Falta a Portugal um desígnio nacional, urge estabelecer uma emancipação do País protagonizada pela Juventude.

Exige-se uma ruptura geracional. Há uma vontade generalizada dos jovens assumirem a liderança dos destinos do seu futuro.

Somos nós: jovens, com mais ou menos formação, empregados e desempregados, gente das ciências, da economia, das artes, da tecnologia, da literatura, do desporto, da saúde, do interior e do litoral, do continente e das regiões autónomas, os que querem um Portugal na Europa e os que consideram que a estratégia de desenvolvimento passa pelos países de Língua Oficial Portuguesa, seja no continente africano ou no Brasil, os que tem uma fé que se sustenta na mensagem católica cristã, ou aqueles que encontram em Portugal um País

particularmente tolerante para a prática de um outro credo religioso, novos imigrantes e Portugueses no Mundo, somos nós, aqueles que têm em comum apenas duas coisas: a juventude e a vontade de conhecer um Portugal diferente para melhor.

Cabe a nós o protagonismo de uma nova lógica para Portugal! Emanciparemos Portugal, acabaremos com as histórias de um país enfeitiçado e tornaremos Portugal encantado!

A sociedade, as organizações, os centros de decisão, são há décadas geridos pela mesma geração que se tem revelado incompetente para solucionar os desafios que o futuro reserva a Portugal, e como sabemos, “o futuro é já amanhã!”.

A solidariedade inter-geracional não pode constituir mera retórica ou discurso de conveniência. A responsabilidade partilhada do destino do País tem que ser assumida desde já e os jovens têm que declarar a sua intenção de participar activa e inequivocamente nas decisões sobre os destinos que lhes digam intimamente respeito.

Serão os jovens a pagar uma inevitável factura das decisões de hoje, pelo que terão de ser, inevitavelmente, os jovens a participar na decisão do que querem vir a pagar

4. Para quem - Qual é o nosso público?

Representamos a vontade de construir um programa político que seja uma *Declaração de Não Resignação com o Estado das Coisas*, numa **atitude reformista**, apelando aos valores da Social Democracia, na afirmação de uma nova mensagem de emancipação social que advogamos.

Os Jovens não são todos iguais e as respostas às exigências e exigentes expectativas de cada um variam de acordo com o número de jovens a quem tal mensagem se destina.

Contudo, definimos os grupos para os quais é necessário pormenorizar a mensagem política que queremos transmitir.

Ordenando os grupos por ordem cronológica consideramos os seguintes:

Sub-18

O Projecto de Sub-18 da JSD teve o mérito de acordar os jovens com menos de 18 anos para o fenómeno político o qual, unanimemente, pouco dizia a este escalão.

A JSD desenvolveu um programa interactivo de discussão com os jovens que fundamentalmente os coloca perante a necessidade de reflectir e decidir.

No fundo a Política é isso mesmo, decidir sobre várias opções, cada uma delas com prós e contras, considerando o interesse geral e comum, melhorando a vida das pessoas.

Criando uma ponte privilegiada com os jovens do sub-18, grande parte deles no Ensino Secundário, importa agora reflectir e ouvir sobre quais os problemas que estes enfrentam e carecem de resolução.

Não é tão pouco uma atitude paternalista de abordagem de tais questões, numa postura de audição para posterior resolução.

A JSD quer ser par, quer estar ao lado, falar a mesma linguagem e participar na decisão que estes querem para as suas vidas, um pouco como aconteceu no Programa sub-18, mas onde os desafios que agora se colocam, são desafios reais, são os desafios das suas vidas.

A educação deve procurar ser uma via para ajudar cada cidadão a construir uma consciência plena, dotada dos seus deveres e obrigações, assim como dos seus direitos, dando-lhe as bases necessárias para que os jovens possam ser profissionais competentes e capazes.

Pela importância fundamental e estratégica no desenvolvimento e alteração da mudança que ambicionamos e desejamos protagonizar, a educação é desde logo a matéria que elegemos como transversal e que elegemos, a par do emprego jovem, como aquela que mais nos absorve.

A violência juvenil, mais recentemente conhecida como bullying, eventual sinal dos tempos, merecem também uma abordagem social integrada, sobre a qual a JSD terá oportunidade de reflectir e debater.

Mas também os comportamentos de risco, em especial a ausência de iniciação à vida sexual consciente e informada, sem tabus, mas com preocupações fundamentais na prevenção da gravidez precoce, ou das doenças sexualmente transmissíveis, com a SIDA e o HIV à cabeça, a assumirem-se como as bandeiras principais de uma abordagem dos problemas clássicos reconhecidos nos jovens.

Contudo, estas não são bandeiras que se esgotam na abordagem ao sub-18.

Os jovens hoje tendem a viver a sua juventude com mais intensidade, tendo uma maior liberdade nomeadamente nas saídas para espaços de diversão nocturna, festivais de verão, ou ainda programas de intercâmbio.

Tal realidade, sugere a apresentação de soluções, para as quais a JSD se revela particularmente bem preparada, uma vez ser a JSD a “mãe” de soluções apresentadas no passado como o Cartão Jovem, entre outras medidas.

Os serviços a prestar aos jovens enfrentam assim uma nova serie de desafios para os quais devemos encontrar novas soluções.

Estudantes do Ensino Superior

A entrada no Ensino Superior afirma-se cada vez mais como uma solução para os Jovens que terminam o 12º ano ou ainda para maiores de 23 anos que desejam voltar a aumentar as suas qualificações.

Regra geral, a entrada no Ensino Superior corresponde a um novo ciclo na vida dos jovens, que tendem a encerrar um capítulo das suas vidas, abrindo outro, o que muitas vezes é acompanhado por novas descobertas, pelo despertar para novas realidades, vivendo durante alguns anos num modelo de euforia com todas essas descobertas, sendo que a apreensão com o futuro vai ganhando dimensão com o finalizar do curso.

As expectativas legitimamente construídas ao longo de uma formação revelam-se difíceis e exigentes, caindo muitas vezes por terra ao perceber-se que a formação que estão a receber não terá consequência no acesso a uma profissão de acordo com as qualificações obtidas, ou, noutros casos, estará longe do que tinham esperado e desejado para si.

A reforma do Ensino Superior enquadra-se assim numa área temática com uma complexidade demasiado profunda para ser abordada, em toda a sua plenitude, num único documento que apenas pretenda elencar um quadro de actuação política.

Contudo, a reforma do sistema de Ensino Superior, afirmando os pressupostos da declaração de Bolonha, constitui a resposta mais eficaz aos problemas dos jovens.

Para isso, devemos ser mais ambiciosos na implementação de Bolonha em Portugal, que o Governo do Partido Socialista utilizou como uma mera alteração cosmética do sistema de Ensino Superior, mudando o nome dos ciclos de estudo e pouco mais fazendo na forma de ensinar e aprender.

Uma reforma do sector deverá basear-se numa profunda reforma da rede, apostando em primeiros ciclos de banda larga, com competências intermédias às exigências do mercado de trabalho, habilitando para uma profissão técnica, que num segundo momento deverá ser completada com especializações de acordo com as exigências profissionais ou de conhecimento de cada uma.

Tal alteração obrigará a remeter as Ordens e Associações Profissionais para meros reguladores das profissões e nunca fronteiras profissionais que separam os diplomados provenientes das Instituições de Ensino Superior do mercado de trabalho.

As Ordens e Associações Profissionais comportam-se em alguns casos, como representantes de uma geração estabelecida que defende estatutos sociais e profissionais que se sentem ameaçados pela entrada dos jovens no mercado de trabalho, revelando-se indiferentes aos sonhos, competências, características e à energia dos jovens, que nada mais querem do que uma oportunidade na construção do seu projecto de vida e realização pessoal.

Por tudo isto propomos um processo verdadeiramente reformista, o qual denominaremos de Bolonha 3.0 em Portugal, exigindo uma reforma de facto de todo o sistema, desejando que este adopte uma característica de vaso comunicante entre a formação, o conhecimento, a tecnologia e a investigação, em parceria com a economia, as empresas e a sociedade no geral.

Este processo deve obedecer, exclusivamente, a uma reforma que corresponda ao princípio generalista do bem-estar comum associado, ultrapassando preconceitos e formulações, sendo mais vanguardista do que as melhores práticas internacionais, admitindo a nós mesmos que somos capazes de desenhar e reinterpretar os princípios consagrados no processo de Bolonha, colocando-os à disposição de uma missão nacional: a de fazer de Portugal um País liderante, de encontrar e descodificar o segredo para devolver a Portugal o ideal do V Império de que Fernando Pessoa falava.

Jovens Desempregados - Com Formação Superior

Os diplomados das Universidades e dos Institutos Politécnicos constituem um “produto final” de desperdício para o Estado que investiu largamente na formação superior destes quadros e que hoje volta a ter nestes cidadãos um custo real com a falta de produtividade, associada às competências adquiridas, mas fundamentalmente, tal situação revela-se verdadeiramente desoladora para a realidade individual de cada diplomado e suas famílias no desemprego.

Há todo um capital de esperança e investimento na mobilidade social que cai por terra, destruindo os sonhos de cada um.

Esta situação não pode deixar ninguém indiferente e urge encontrar respostas para a situação que estes diplomados.

As soluções de estágios, tanto em empresas como na Administração Pública, são ferramentas de formação e potenciam a aproximação dos jovens ao mercado de trabalho mas não resolvem o problema estrutural do desemprego jovem.

Devemos atacar este problema de duas perspectivas:

1. **Flexibilizar o mercado laboral**, nomeadamente com uma alteração de regime de flexibilidade e responsabilidade social da empresa perante o emprego jovem, que em contrapartida, valorize o jovem, a sua capacidade produtiva e o seu acréscimo de valor para a empresa;
2. **Diminuir o custo das empresas com o emprego jovem**, apostando, nomeadamente, num choque fiscal para a contratação de quadros jovens para as empresas, associado à medida anterior de flexibilização na contratação.

Acresce ainda a possibilidade de avaliar as seguintes perspectivas:

3. **Avaliar uma reestruturação da Administração Pública, num quadro de redefinição das funções do Estado**, que não contribua para a despesa pública e que considere a passagem à reforma de quadros com mais de 35 anos de serviço público, introduzindo critérios de contratação de jovens diplomados;
4. **Estabelecer um quadro de parcerias estratégicas no domínio da Economia Social e Terceiro Sector para a qualificação e profissionalização dos colaboradores destas entidades**, apostando no emprego de jovens nestes domínios
5. **Criar uma verdadeira política de incentivo ao desenvolvimento económico, cultural e social** baseado nas artes performativas e indústrias criativas, recorrendo à sociedade civil, apelando à responsabilidade social das empresas, criando clusters de indústrias, que com base na criatividade, possam reestruturar o emprego em cada um dos domínios que uma reforma cultural concerne.

Jovens Desempregados - Sem Formação Superior

O caminho dos jovens não passa invariavelmente pela construção de um perfil formativo realizado e sustentado num curso superior, embora a aposta na formação deva ser geracional e nacional.

O desemprego jovem não pode, por isso, ser desculpado pela falta de formação, i.e., pela falta de competências para o desempenho de uma determinada função.

A aquisição de competências e a habilitação para uma profissão são por isso fundamentais e de decisiva afirmação neste contexto.

A **necessidade de dotar os jovens desempregados de competências que os habilitem para o exercício de uma profissão**, é mais do que uma questão económica, é uma questão social e humanista que se prende com a realização pessoal e a valorização do papel do indivíduo na sociedade.

Estes valores são fundamentais para a JSD.

Admitindo competências sólidas no desempenho de uma função por parte dos jovens, continuando estes desempregados, nasce aqui um problema social e económico que obriga à intervenção do Estado.

Estando a indústria a esgotar-se em Portugal, assim como um pouco por toda a Europa, sendo o sector dos serviços cada vez mais exigente no que respeita às qualificações, importa considerar os desempregados jovens sem formação num quadro de desenvolvimento estratégico do sector produtivo nacional.

A emancipação jovem assume aqui um papel preponderante, uma vez que estes jovens vivem cada vez mais aprisionados numa vida que não escolheram para si.

A JSD terá de realizar uma profunda reflexão neste sector.

Contudo, a flexibilidade laboral, permitindo a rotatividade muito alta do emprego, em contraposição ao desemprego de longa duração, pode constituir uma resposta paliativa, embora longe da solução ideal para este problema.

O Ensino Profissional, dotando estes jovens de competências técnicas e habilitando-os para uma profissão, assim como a novos públicos (adultos e seniores, que ainda se sintam válidos para uma requalificação profissional) pode, num quadro de cooperação estratégico entre o Estado e o Sector Privado, através de formações ministradas em escolas profissionais e empresas que aceitem prestar um contributo social aceitando nas suas instalações a realização de processos de formação, contribuir, efectivamente para o combate a deprimente realidade.

A formação ao longo da vida e a requalificação profissional devem fazer parte do quadro da missão das empresas, para que a médio prazo, a sociedade tenha um padrão médio de competências, que permita uma plataforma giratória de emprego, numa perspectiva de defesa do emprego e liberalização do mercado de trabalho.

Promoveremos assim uma reflexão profunda sobre este assunto.

Jovens com Emprego “precário”?

Os jovens com um emprego, mas sujeitos a uma situação que em nada garante a sua estabilidade laboral, são uma realidade a que ninguém hoje fica indiferente.

Estes, diferenciam-se dos jovens desempregados, evidentemente pela possibilidade de auferirem um rendimento, embora a sua situação laboral não lhes traga qualquer perspectiva de estabilidade, vivendo diariamente numa ansiedade terrível quanto ao que o futuro lhes reserva.

A tal situação, acresce ainda a falta de protecção laboral que estes jovens enfrentam, tanto na protecção na doença, nos riscos profissionais, na gravidez, maternidade ou paternidade, assim como compromete qualquer projecto de vida que estes jovens queiram desenvolver.

Se por um lado um novo regime laboral poderá ser resposta para os jovens que se encontram nestas condições, por outro lado importa “moralizar” um sistema que abusa de uma ferramenta de enquadramento legal das prestações contributivas de dezenas de profissões, que vivem num regime único de prestação de serviços - como é o caso de advogados, designers, arquitectos, ou outros profissionais liberais.

Assim, não defendemos o fim do modelo de recibos verdes. Estes apresentam-se como uma solução de prestação contributiva eficaz quando utilizada nos casos anteriormente referidos.

O que **condenamos veementemente é a utilização desta ferramenta para a criação de um mercado de trabalho paralelo, recorrendo aos recibos verdes para negar o acesso a um contrato de trabalho e às obrigações fiscais e sociais associados a este regime,** pervertendo deste modo todo um sistema.

Jovens com emprego: a Construção de um Projecto de Vida

Por fim, quando um jovem consegue ultrapassar todos os desafios que teve que enfrentar nos escalões anteriormente enunciados e conseguiu tudo isso com relativo sucesso, com perspectiva de um percurso profissional sólido, encontra novos desafios, que embora possam ser colocados noutras etapas, aqui ganham nova dimensão.

A compra ou o arrendamento de uma habitação, a construção de uma família, com as questões ligadas à maternidade e paternidade daí inerentes, o desenvolvimento de uma vida que consiga conjugar de forma harmoniosa o trabalho e a família, a prática de uma vida saudável, as relações com o financiamento bancário para a construção desse projecto de vida, ou a formação superior complementar, no âmbito da investigação, a par da família e do

emprego, entre outras matérias, são preocupações que atormentam milhares de jovens, para os quais é também importante dar respostas.

A prestação de serviços que estabeleça uma relação harmoniosa entre todas estas dimensões, que considere uma plataforma de apoio a este público, deve articular-se entre a oferta pública existente (como por exemplo na definição do período de entrada e saída dos alunos das escolas, em especial dos primeiros anos) e a prestação de serviços de acompanhamento das crianças, enriquecendo-os com actividades extra-curriculares, num princípio de partilha de responsabilidades entre a família, o Estado e o sector privado.

Acresce ainda o incentivo a dar na resposta às questões que afectam este público, através de um pacote de medidas que considere as isenções e incentivos fiscais nestes domínios (com incentivos à natalidade ou as deduções fiscais com a educação ou despesas com a infância) ou ainda na adopção de um conjunto de medidas que incentivem um quadro de apoio privado, com créditos bonificados ou fundos de garantia, permitindo facilitar o acesso a linhas de financiamento para o apoio nesta fase da vida dos jovens.

5. Desafios políticos – No que acreditamos?

Na construção de um projecto político, todos os intérpretes desse projecto tem uma importância muito relevante, mas o mesmo apenas ganha consistência considerando o mérito e o valor das ideias, dos valores, daquilo a que no fundo propomos mudar, para que a realidade existente ganhe novos contornos, para que as pessoas tenham respostas aos seus problemas, desde os mais simples aos mais complexos: **fazer politica é corresponder, e se possível superar, as mais exigentes expectativas das pessoas na construção de um presente e futuro melhor.**

Os desafios fundamentais a que o nosso projecto visará responder são os seguintes:

- Emprego – Promover o Emprego, Defendendo o Trabalho;
- Educação – Mais Competências, Melhor Conhecimento;
- Habitação – Um Lar para cada Jovem;
- Vida Saudável e Comportamentos de Risco;
- Desenvolvimento Sustentado;
- Solidariedade Inter-Generacional;
- O Interior também é Portugal;

Para cada um deles desenvolveremos, em conjunto com toda a organização, respostas que se revelem eficazes para as problemáticas que enfrentam, mas não queremos deixar, desde

já, de apontar caminhos que possam constituir-se como a tónica na resposta a cada um destes aspectos.

Sendo certo que as respostas aos problemas dos jovens têm de conhecer uma lógica integrada, não sendo possível construir uma matriz de resposta aos desafios que se apresentam aos jovens sem considerar tal pressuposto, apresentaremos de seguida um caminho que propomos de melhoria e reforma profundas para cada um dos aspectos que considerámos:

Emprego: Promoção do Emprego, Defendendo o Trabalho

O Desemprego Jovem atinge níveis alarmantes, sem precedentes até aos dias de hoje.

As respostas que têm vindo a ser apresentadas, em especial pelo Governo Socialista, têm-se revelado fracas e ineficientes, com os 150.000 empregos prometidos pelo Primeiro-Ministro a nunca se concretizarem, tal como as soluções apresentadas nos estágios na Administração Pública, em que das 5.000 ofertas apenas 2.981 licenciados preencheram as vagas disponíveis neste programa denominado PEPAC.

Os jovens sentem na pele, mais do que ninguém, os efeitos da crise global, do fim do conceito de emprego para a vida, assim como a necessidade de colocar o conhecimento a favor da produtividade e da economia, estabelecendo novos parâmetros na forma como o emprego é visto e considerado, protegendo e promovendo o emprego e não o posto de trabalho.

Isto não significa contudo que a forma desonesta com que algumas entidades usam os recibos verdes na regulação do trabalho, ao invés de um contrato de trabalho, mesmo que a prazo, na prestação de serviços por parte de jovens, deva ser considerada como um caminho.

Tal atitude corresponde à forma abusiva como os jovens são utilizados, deixando-os à margem de quaisquer protecções laborais, tanto no desemprego como na responsabilidade das empresas relativamente ao trabalho, nomeadamente no que respeita a seguros de trabalho, entre outros.

Torna-se por tudo isto necessário voltar a colocar **a economia a favor das pessoas, e abandonar a lógica presente de colocar as pessoas a favor da economia.**

Neste quadro, a JSD defende que a resolução do problema do desemprego Jovem se alcança considerando dois eixos:

- a. **Criação de um modelo de contrato de trabalho mais flexível**, paralelo ao modelo existente;
- b. **Diminuição dos custos do trabalho jovem para as empresas**;
- c. **Dinamização da economia fomentando a colaboração entre o Sector Público, o Sector Privado e o Sector Social**, no incentivo a uma reforma económica com base na criação de emprego por parte dos jovens;
- d. **Aposta no Empreendedorismo Jovem**.

Assumimos, pois, uma nova forma de encarar as relações laborais.

O que propomos:

1. **Criação de um regime laboral mais flexível**, paralelo ao existente, que considere:
 - Flexibilização da relação entre a contratação – despedimento;
 - Incentivos fiscais para quem integre este modelo;
 - Valor do Salário Mínimo Nacional, no mínimo, estabelecido no dobro do regime normal;
 - Manutenção do apoio na prestação social no desemprego;
2. **Apoio à contratação de novos trabalhadores** através da redução, durante três anos, da TSU em 35% e 70%, respectivamente, para as contratações a prazo e sem termo;
3. **Redução da taxa de IRC para 10%, durante 15 anos**, para empresas criadas, geridas e detidas por jovens empresários;
4. **Estabelecimento, até 2012, de um programa especial de estágios profissionais com a AEP** (Associação Empresarial de Portugal), com um programa de formação no emprego, no âmbito do ensino profissional;
5. **Dinamização do Terceiro Sector**, num projecto integrado de *Economia Social*, com particular relevância no compromisso jovem com a solidariedade inter-geracional, de promoção do emprego e melhoria contínua das IPSS, integrando jovens desempregados, com diploma superior ou cursos profissionalizantes, através de um contrato de Progresso Social entre o Estado e estas instituições;
6. **Recuperação do Programa ILE** (Iniciativa Local de Emprego) do IEFP como aposta na criação do próprio emprego, numa dinâmica de desenvolvimento da economia local;
7. **Incentivo à criação de uma bolsa nacional de apoio aos projectos de jovens empreendedores de futuro**, num contributo das maiores empresas nacionais, no âmbito da responsabilidade social da empresa, para um fundo de capital de risco, que visará apoiar 100 empresas de jovens empreendedores, de características

- exportadoras, com cotas para sectores de desenvolvimento (por exemplo: 20 empresas na área da energia, 20 na área da economia do mar, 20 na área das indústrias criativas, 20 no domínio da tecnologia, 20 no sector dos artigos de vestuário);
8. **Redefinição dos incentivos ao Empreendedorismo Jovem**, prevendo-se o apoio às start ups;
 9. **Criação de um regime especial de incentivo à Investigação**, no apoio ao trabalho e à indústria orientada para o conhecimento, na criação de um regime fiscal e laboral próprio para empresas e investigadores, baseado num contrato de confiança entre investigadores e Estado, considerando-se pilares fundamentais:
 - Incentivo à contratação de investigadores no âmbito da indústria e da investigação e do desenvolvimento no seio das empresas;
 - Eliminação da burocracia no âmbito do processo de investigação, ao abrigo de centros de investigação públicos, com a criação de um contrato de responsabilidade e apresentação de resultados, entre investigadores e o Estado, numa clara política de atracção de *cérebros* para o País;
 - Criação de um modelo de financiamento associado ao bem-estar social apresentado;
 10. **Desenvolvimento de uma estratégia de emprego centrada na Indústria Marítima**
– Um Mar inteiro de oportunidades:
 - Modernização do sector das pescas;
 - Promoção do emprego considerando o desenvolvimento integrado de uma nova indústria: a do lazer, desporto e bem-estar do mar, com particular relevância para o Eixo: Desportos Marítimos - Costa Portuguesa – Turismo;
 - Aproveitamento dos recursos hídricos na criação e produção de energia;
 11. **Criação do Subsídio de Desemprego para Jovens Empresários, sócios gerentes das empresas criadas**: desenvolvimento de uma rede de apoios sociais no desemprego, como estímulo aos jovens, para que o receio do risco da falta de sucesso na criação das próprias empresas não corresponda ao abismo financeiro em que podem colocar as suas famílias.

Neste sentido, propomos que os jovens criadores, gestores e detentores de empresas possam beneficiar do fundo de desemprego, na proporção dos descontos realizados, no caso de falência do projecto empresarial que tinham criado;
 12. **Reestruturação dos critérios de compras por parte do Estado**, assim como dos valores mínimos para realização de concursos públicos de empreitadas nos municípios, introduzindo factores de majoração à escolha das empresas *jovens*

13. O subsídio de desemprego pago pelo Estado aos desempregados é um custo que na traz qualquer retorno para a economia, **pelo que se propõe que o Estado pague o subsídio de desemprego ao trabalhador durante um ano, comprometendo-se este a trabalhar numa empresa, na condição de esta o contratar no final desse ano.**

Recibos Verdes

Os Recibos Verdes não devem ser encarados como um problema em si próprio, na medida em que os mesmos são correctamente utilizados por verdadeiros trabalhadores independentes, que doutra forma não poderiam exercer a sua actividade profissional. O verdadeiro e actual **problema dos Recibos Verdes reside no seu uso abusivo**, despropositado e descontextualizado, fora do âmbito para o qual foi criado, dando condições para a criação e fomento de trabalho precário em detrimento de vínculos laborais estáveis.

O **aspecto negativo do “Recibo Verde”**, ou seja o seu uso incorrecto, **lesa não só a Segurança Social, mas principalmente os indivíduos**, na sua maioria jovens portugueses, que usam o recibo verde, sobretudo em início de actividade profissional.

É neste contexto que surgem os chamados **“Falsos Recibos Verdes”**.

A JSD não deve em algum ser contra o importante instrumento que os Recibos Verdes representam. Deve contudo ser totalmente contra a sua utilização desadequada.

Devemos exigir uma **nova legislação sobre os Recibos Verdes**, contribuindo assim para a sua correcta utilização, na promoção da eliminação do trabalho precário resultante da utilização dos mesmos, permitindo o uso destes somente para o fim com que foram criados e muitos jovens fazem uso.

Portugal insere-se num contexto socioeconómico difícil, caracterizado pelo abrandamento da actividade económica, com aumento da taxa de desemprego e aumento exponencial da precariedade no emprego.

A grande maioria da precariedade no emprego deve-se em muito ao fomento e à proliferação da utilização dos chamados “Falsos Recibos Verdes”.

A JSD deve assumir que em muitos casos, e em especial no caso dos jovens, o recurso a este instrumento é a única solução que permite evitar uma situação de desemprego iminente, ainda mais no actual contexto económico, contudo deve a JSD ter a coragem política de não compactuar com esta situação.

Mais, deve a JSD exigir do Estado o primado do exemplo, o que não ocorre uma vez que na Esfera Pública existem mais de 70 mil recibos verdes que representam mais de 450 milhões de euros.

Assim devemos defender como medidas complementares aos Recibos Verdes:

No âmbito dos “Falsos Recibos Verdes”:

1. Após correcta identificação, recorrendo nomeadamente ao instrumento abaixo proposto, **os “falsos recibos verdes” deverão passar imediatamente para o Regime de Segurança Social aplicável aos trabalhadores dependentes, com regularização retroactiva de todas as contribuições já efectuadas no âmbito da Segurança Social.**

Pretende-se com esta medida que as empresas que recorram aos “falsos recibos verdes” sejam obrigadas a pagar mais, com uma carga fiscal mais elevada. Pretende-se igualmente, por outro, lado promover um aumento de impostos às empresas que tenham mais de 80% de trabalhadores a recibos verdes a seu cargo.

2. Promoção activa da eliminação dos “falsos recibos” através das seguintes medidas:
 - a) A criação de um anexo adicional (idêntico ao Anexo O – Mapa recapitulativo de Clientes, que é utilizado pelas empresas na entrega da Informação Empresarial Simplificada) na Declaração Modelo 3, onde todos os sujeitos passivos de IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), com rendimentos enquadráveis na categoria B e que emitam recibos verdes, ficam obrigados a comunicar à Administração Tributária as entidades para as quais prestaram serviços e os respectivos montantes;
 - b) Definição de um critério automático (a analisar – o MTSS, em proposta aos parceiros sociais, define a existência de indícios de uma relação laboral, quando existe uma forte concentração de prestação de serviços a uma entidade – mais de 80% do valor da actividade em prestação de serviços), a partir do qual um trabalhador independente que emitia recibos verdes passe a ser considerado trabalhador dependente, com os respectivos efeitos na forma de tributação em sede de IRS e no âmbito Segurança Social;
 - c) Na definição do critério automático deverão ser tidas em consideração as relações de grupo entre as entidades.

A partir desta informação recolhida, a Administração Tributária passa a ter acesso a todos os dados necessários à identificação dos “falsos recibos verdes” para a partir daí, promover a

sua progressiva eliminação, assumindo uma verdadeira luta contra a precariedade laboral que tanto afecta os jovens portugueses.

No âmbito da Segurança Social no tratamento dos trabalhadores independentes:

O actual regime da Segurança Social prevê, em termos gerais, que os trabalhadores independentes, salvo nos casos em que estão isentos, efectuem contribuições para a segurança social a uma taxa de 25,4%, quando um trabalhador dependente o faz a uma taxa de 11%.

Adicionalmente, no caso do trabalhador dependente, a entidade empregadora efectua contribuições para a segurança social a uma taxa de 23,75% e no caso do trabalhador independente, como não existe entidade empregadora, não existe qualquer contribuição adicional por parte de outra entidade que não o próprio trabalhador independente.

Tudo somado, o trabalhador independente contribui para a Segurança Social a uma taxa de 25,4%, totalmente suportada por si, e o trabalhador dependente contribui para a Segurança Social a uma taxa de 34,75%, dos quais apenas suporta 11%.

Daqui facilmente concluímos que a Segurança Social é também ela lesada pela existência dos “falsos recibos verdes”.

Após correcta identificação, recorrendo nomeadamente ao instrumento abaixo proposto, os “falsos recibos verdes” devem passar automaticamente para o Regime de Segurança Social aplicável aos trabalhadores dependentes e sejam regularizadas retroactivamente as contribuições para a Segurança Social, tal como já referido anteriormente, contemplando as seguintes medidas adicionais:

- a) As entidades empregadoras passem a efectuar contribuições para a Segurança Social à taxa de 23,75% e os colaboradores à taxa de 11%;
- b) As entidades empregadoras paguem retroactivamente as contribuições obrigatórias à taxa de 23,75%, acrescidas de juros de mora;
- c) Os trabalhadores dependentes, “falsos recibos verdes”, sejam ressarcidos retroactivamente da diferença entre os 25,4%, regra geral efectuados, e os 11% devidos, com a excepção dos casos em que se encontravam isentos, onde deverão, ao contrário, efectuar a respectiva contribuição.

Educação – Mais Competências, Melhor Conhecimento

Os desafios que se colocam no domínio da educação são complexos e de solução sempre controversa e difícil.

O maior desafio prende-se com o facto de as constantes alterações aos modelos educativos “experimentados” não permitirem que haja uma efectiva avaliação dos resultados produzidos e uma responsabilização dos arquitectos e intérpretes dos modelos educativos implementados.

Assim, o que as escolas precisam, hoje mais do que nunca, é de estabilidade e coerência nas políticas educativas a adoptar.

Convém, contudo, produzir uma real alteração do paradigma educativo existente.

Defendemos que haja uma alteração do modelo educativo actual, que assenta em decisões tomadas centralmente, apenas pelo Ministério da Educação, seguindo estatísticas e modelos internacionais – o que resulta em absurdos práticos, por exemplo, como a sugestão da Ministra da Educação em acabar com as reprovações em Portugal – para um **modelo que considere** antes de mais **as realidades e exigências locais e regionais**, mas acima de tudo, que seja um modelo **centrado no aluno**, nas suas necessidades educativas, no seu projecto de vida, definido num contexto singular para cada aluno, **com o auxílio da família e da comunidade local**.

A estratégia da educação em Portugal, deve conhecer não uma reforma mas uma melhoria!

Tal deverá centrar-se em aspectos de melhoria efectiva das competências adquiridas pelos estudantes, com programas de estudo acompanhado, que integrem professores não colocados para dar aulas, por exemplo, combatendo o insucesso escolar com mais trabalho e abordagens dos conteúdos programáticos inovadoras, medindo os conteúdos de aprendizagem, numa dupla abordagem: medindo o sucesso do aluno, mas responsabilizando os também docentes pelas metas médias atingidas pelos estudantes.

A melhoria proposta, passa por isso a ser uma mais-valia pedagógica, considerando critérios de mérito e conhecimento por parte dos alunos, no lugar de cotas estatísticas de aprovação e conclusão de estudos.

Ensino Obrigatório até ao 12 ano.

O Governo introduziu a necessidade dos jovens estudarem até ao 12º ano.

Tal decisão foi tomada sem compreender a realidade social e dos jovens.

Há uma *igualitariedade* dos jovens e dos percursos de vida, dizendo que todos têm capacidades, interesses e vontades de estudarem até ao 12º ano, em percursos que considerando a realidade actual, em nada se diferenciam entre si, oferecendo a todos, quase a mesma coisa.

No lugar de Ensino Obrigatório até ao 12º ano, defendemos uma Formação Obrigatória até ao 12º ano.

Tal alteração deverá compreender três percursos formativos distintos:

1. Carácter geral

Um tipo de ensino orientado para a continuação de estudos no Ensino Superior, com formação geral nas várias áreas de saber, dividido, conforme actualmente em áreas científicas.

2. Ensino Profissional

Tipologia de ensino que habilita a uma profissão, com uma relação íntima com a indústria, que se traduz na aquisição de competências, reconhecidas e valorizadas, no seio do ambiente industrial e laboral.

Este ensino poderá conduzir a uma continuação de estudos no Ensino Superior, através da frequência dos CET's – Cursos de Especialização Tecnológica, pós-secundários não superiores, que posteriormente darão acesso ao Ensino Superior.

3. Ensino Pós-Laboral

A possibilidade de finalizar os 12 anos de formação, num ambiente pós laboral, que permita aos jovens, a partir dos 16 anos terem uma profissão durante o dia, oferecendo-lhes a possibilidade de concluir os estudos em formação pós-laboral.

Este modelo, poderá ter um período de aquisição de competências mais extenso, compreendendo a janela de tempo que o ensino à noite, depois de um dia de trabalho, necessita para a transmissão de conhecimentos e a aquisição de competências.

4. Adultos e novos públicos

Os Adultos e os novos públicos, deverão conhecer um Programa de Formação Nacional.

Os percursos de vida devem conhecer uma avaliação por RVCC dos perfis dos profissionais com menos que o 12º ano, devendo incentivar-se a uma aprendizagem e reciclagem de conhecimentos profissionalmente orientados, com competências transversais nas áreas da informática, língua estrangeira, responsabilidade social, formação cívica e cidadania, mas que acima de tudo permitam uma reorientação nos perfis profissionais dos jovens

No lugar das novas oportunidades, temos que procurar estabelecer novas competências, competências que conduzirão a novas oportunidades, e não entreter as pessoas, em espaços e modelos formativos vazios de conteúdo.

Apostar no conhecimento não deve ser apostar no entretenimento.

Escolas de Escolha – Autonomia escolar!

O Estado deverá criar uma nova linha de Ensino.

À imagem do que já acontece com algumas instituições no País, deve ser criado um modelo de ensino paralelo à escola pública, em que a iniciativa privada, mediante um projecto educativo sólido e construtivo, apresentado por um professor ou conjunto de professores, de instituições publicas ou privadas (como são universidades, fundações ou Instituições de Solidariedade Social, ou outras) mediante um contrato entre esta livre iniciativa e o Estado, possa receber financiamento público, para desenvolver um projecto educativo, tendo em contrapartida liberdade total da gestão da escola, na contratação de professores e nas metodologias de ensino e aprendizagem, na instituição das normas de conduta dos alunos, professores e auxiliares de acção educativa, competindo ao Estado fixar critérios mínimos de competências a adquirir pelos Estudantes (por exemplo: Português, Matemática e uma Língua Estrangeira), sendo que os currículos poderiam ser completos no quadro do projecto educativo a desenvolver.

O acesso a estas escolas seria livre, isto é, dependeria, caso as candidaturas excedessem as vagas disponíveis, de uma lotaria a realizar, não sendo por isso possível estabelecer critérios, nomeadamente de origem e condição financeira, para a inscrição dos estudantes nestas escolas.

Pelo mesmo motivo não seria possível cobrar propinas aos alunos.

Este modelo funcionaria em paralelo com o modelo existente, sendo que os resultados do projecto educativo seriam avaliados e medidos pelos exames nacionais a realizar.

Ensinos Básico e Secundário

Os Ensinos Básico e Secundário em Portugal têm vivido tempos de instabilidade, sendo alvo de sucessivas alterações, mudanças e recuos por parte do Ministério da Educação.

Os Ensinos Básico e Secundário já há muito que são merecedores de uma pesquisa e análise das suas problemáticas e dos seus flagelos que teimam em sobreviver e até intensificarem-se.

É de todo essencial, que antes de se apresentar qualquer tipo de alterações para os Ensinos Básico e Secundário, sejam consultadas todas as partes constituem o Sistema Nacional de Ensino, entre elas Professores, Estudantes, Directores, Encarregados de Educação e Auxiliares de Educação!

Propomos 8 Medidas para os Ensinos Básico e Secundário em Portugal:

1. **Reorganização curricular e da oferta formativa dos Ensinos Básico e Secundário**, a fim de reforçar a componente científica e diminuir a carga horária lectiva semanal dos alunos;
2. **Condicionamento do acesso ao Ensino Superior a alunos que concluem o Ensino Secundário no âmbito do programa “Novas Oportunidades”**, restringindo o número de vagas para estes casos, sem prejuízo dos alunos que concluem o Ensino Secundário pela via dos cursos científico-humanísticos e tecnológicos;
3. **Promoção de um verdadeiro Ensino Tecnológico e Profissional**, que não sirva apenas para a conclusão de um ciclo de ensino e obtenção de um certificado, mas que ensine verdadeiramente uma profissão e permita o acesso ao mercado de trabalho;
4. **Um Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário que valorize o mérito, o empenho, as boas práticas, a disciplina**, que repudie o facilitismo, o incumprimento de deveres e que penalize efectivamente a irresponsabilidade, o desinteresse, a falta de assiduidade e com aplicação de medidas correctivas e sancionatórias que promovam atitudes cívicas, como trabalhos na comunidade, e procurem corrigir e alterar/melhorar comportamentos;
5. **Garantia da participação dos alunos nas tomadas de decisão da escola**, reforçando a sua presença nos diversos órgãos representativos, incentivando assim a sua formação para a cidadania;
6. **Reorientação curricular da área não disciplinar Formação Cívica** que não pode dedicar-se quase exclusivamente à Educação Sexual, mas deve promover também competências em matérias como a cidadania, a segurança rodoviária, o álcool, entre outras.
7. **Uma Acção Social Escolar que intervenha efectivamente e de forma eficaz junto dos alunos e famílias mais carenciados**, que penalize os incumpridores e as famílias que se demitem das suas responsabilidades e beneficie os alunos e as famílias que se empenham verdadeiramente no seu sucesso escolar.

8. **Implementação de medidas que incentivem a criação de Escolas de Pais**, com o objectivo de promover a cooperação entre famílias e escolas no processo de ensino e aprendizagem que conduza a um maior sucesso escolar dos alunos.

Ensino Superior

O Ensino Superior aguarda uma efectiva reforma do processo de Bolonha.

Os jovens devem, por isso, exigir um Bolonha 3.0 em Portugal com efectivas alterações nas metodologias de ensino-aprendizagem.

Neste quadro a JSD liderará o debate pela concretização de uma declaração de Bolonha 3.0 em Portugal, que compreenderá os seguintes aspectos:

1. **Alteração das Metodologias de Ensino-Aprendizagem;**
2. **Avaliação Pedagógica dos Docentes** em complemento ao regime de prescrições;
3. **Aposta na Internacionalização do Ensino Superior**, nomeadamente no aumento do apoio prestado aos alunos de Erasmus, considerando uma rede integrada de apoio, não apenas financeiro mas também social, através do papel das Embaixadas na recepção e monitorização dos alunos Portugueses no Estrangeiro;
4. **Reforço do papel do Instituto Camões na criação de um Programa Especial de Internacionalização de Jovens Portugueses** com programas de formação com os países onde Portugal desenvolveu relações no passado, nomeadamente, Espaço CPLP, Índia e China;
5. **Criação de um espaço de investigação privilegiado**, em harmonia com os projectos apresentados no presente documento no domínio do emprego;
6. **Criação de unidades curriculares anuais de desenvolvimento de projectos** com consequência no desenvolvimento de um projecto económico e empresarial, nos casos em que tal se possa verificar, com carácter obrigatório;
7. **Reavaliação do Modelo de ECTS** introduzido em Portugal e avaliação dos medidores de “learning outcomes”.

Ainda no domínio do Ensino Superior, exige-se uma efectiva actividade da A3ES (Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior), e do CCES (Conselho Coordenador do Ensino Superior), em especial no que diz respeito a uma reorganização de toda a Rede, compreendendo 3 factores fundamentais, obedecendo a um só princípio, o da qualidade:

- **Reorganização da oferta, pública e privada, de cursos ministrados no Ensino Superior**, compreendendo os níveis de empregabilidade disponíveis de momento e as necessidades estratégicas de médio prazo do País e da Europa;

- **Reorganização de cursos nas Universidades e Institutos Politécnicos adequados à rede de Ensino Superior;**
- **Diminuição drástica da oferta de cursos de primeiro ciclo,** com aumento significativo das especialidades de segundo ciclo em complemento das formações iniciais.

Paralelamente a tais medidas de reorganização da Rede, **o Estado deve revogar as competências atribuídas às Ordens e Associações Profissionais na regulação do Acesso à Profissão,** habilitando todos os diplomados de cursos aprovados pelo Estado ao Exercício da profissão adequada à formação obtida, reconhecendo contudo às Associações Profissionais, a criação de uma tabela de competências adequada aos conhecimentos apresentados, nomeadamente no que respeita aos títulos de especialista nas áreas a que tal obriga, à imagem do que acontece nas áreas da Engenharia em Inglaterra, com os chamados “*descritores de Dublin*”.

Com esta medida, acaba-se também com os estágios não remunerados, obrigando a que cada estagiário, receba, no mínimo, o valor equivalente a uma vez e meia o ordenado mínimo nacional.

Acção Social Escolar

A JSD exigirá que a Acção Social escolar não seja considerada uma prestação social.

Assim, o decreto-lei 70/2010, que considera o apoio aos estudantes como prestações sociais das famílias, deve conter uma norma revogatória sobre esta matéria.

A recente alteração ao regime de bolsas conhecerá um acompanhamento constante e interessado da JSD, **não** permitindo que por razão alguma, o binómio *Novo Regulamento de Bolsas – Decreto de Lei de Execução Orçamental*, possa em momento algum, ser substituídos pelos **Empréstimos a estudantes**, que no último relatório sobre a matéria, fazia já com que 11.500 estudantes que recorreram a tais empréstimos já devessem à banca mais de €128.000.000.

Tal ferramenta, deveria funcionar como um incentivo à autonomia dos jovens e nunca como um substituto à acção social escolar, que se revela, no futuro, como uma dependência e prisão dos jovens diplomados.

Devemos defender um modelo de apoio aos jovens com maiores dificuldades para que nenhum estudante deixe de estudar por razões económicas.

Tal modelo deve compreender toda a dimensão escolar, social, familiar e cultural, estabelecendo um **contrato de confiança entre o Estado e os Estudantes**, com uma carta de princípios e compromissos, onde mais do que dar bolsas de estudo, o Estado compromete-se a apoiar atempadamente os jovens com bolsas de acção social e a desenvolver um plano integrado de incentivo a uma vivência académica plena, orientado ao sucesso académico e às saídas profissionais, incentivando a uma prática de vida saudável, com acesso ao desporto académico, à cultura e plena integração académica. Os Estudantes, por sua vez, devem assumir uma conduta diligente e empenhada na construção de um perfil académico pleno.

Reactivação do Conselho Nacional de Acção Social no Ensino Superior

Dada a importância e a especificidade da matéria, justifica-se a reactivação de uma entidade nacional de aconselhamento, acompanhamento, estudo e apresentação de soluções no âmbito da Acção Social Escolar.

A JSD defenderá neste contexto a recuperação do Conselho Nacional de Acção Social no Ensino Superior.

Em resumo, propomos 15 medidas para o Ensino Superior em Portugal:

1. **Criação de um observatório para a empregabilidade**, que torne públicos os índices de empregabilidade dos cursos ministrados pelas várias Instituições de Ensino Superior, cumprindo o disposto no RJIES;
2. **Incentivar, no âmbito dos consórcios, a criação de clusters de conhecimento** que localizando-se fora dos grandes centros urbanos, desenvolvam investigação de excelência em domínios específicos, contribuindo para o desenvolvimento regional;
3. **Criação de um modelo de financiamento do Ensino Superior**, com base em contratos programa entre o Estado e as Instituições de Ensino Superior, com objectivos e financiamento plurianual. Ao mesmo tempo exige-se que sejam tornadas mais claras as regras de passagem das IES ao modelo fundacional, obedecendo a critérios transparentes de financiamento e enquadramento administrativo;
4. **Criação do Estatuto Carreira do Investigador** que regule os investigadores, dando-lhes condições sociais e reconhecendo a actividade de investigação como uma condição particular na produção de conhecimento no País;
5. **Reorganização da Rede de Ensino Superior**, adaptando os cursos ministrados à empregabilidade dos mesmos, valorizando a difusão da cultura, apostando no conhecimento e compreendendo as idiossincrasias regionais, na relação que estas

- têm com o Ensino Superior (Universidades e Institutos Politécnicos) como centros de inteligência do País, numa lógica integrada e racional;
6. **Obrigatoriedade de investimento de 5% das receitas próprias das Universidades e Institutos Politécnicos em projectos de empreendedorismo** desenvolvidos por estudantes;
 7. **Criação do Estatuto do Estudante Atleta Nacional** com incentivos à prática desportiva no espaço de Ensino Superior;
 8. **Acção Social Escolar mais célere** – Contrato confiança com estudantes carenciados;
 9. **Reactivação do Conselho Nacional de Acção Social no Ensino Superior** - Reactivação de uma entidade nacional de aconselhamento, acompanhamento, estudo e apresentação de soluções no âmbito da Acção Social Escolar;
 10. **Bolonha 3.0** - Reforma das metodologias de Ensino com Bolonha, introduzindo critérios de mérito pedagógico na progressão de carreira dos Professores;
 11. **Exigência do cumprimento da Lei de Associativismo Jovem** junto das associações, nomeadamente no cumprimento de prazos por parte do Governo, através dos apoios concedidos pelo IPJ;
 12. **Mais qualidade e avaliação** – monitorização do trabalho da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, que deve conhecer um aumento significativo do seu exercício no âmbito da avaliação e qualidade, introduzindo mecanismos internos nas Instituições de Ensino Superior nestes domínios;
 13. **ERASMUS** - democratizar o acesso à mobilidade externa, criando “o perfil do estudante em mobilidade”, que considera uma rede internacional de apoio a estes estudantes e que passa não apenas por um reforço das bolsas como por um apoio social e diplomático a estes estudantes;
 14. **Criação de um Programa Nacional Interno de Mobilidade em Portugal**;
 15. **Desenvolvimento de um Quadro Nacional de Competências, para cada área e por curso**, que defina as competências mínimas que cada diplomado, em cada ciclo de ensino, deve dominar.
- Ao mesmo tempo, deve promover-se uma **reorganização da rede de Ensino Superior ao nível do primeiro ciclo**, actuando sobre a variedade de denominações dos cursos, introduzindo critérios de qualidade através de quadros de comparabilidade.

Habitação

As Políticas de Habitação, em especial Habitação Jovem, deverão obedecer a uma nova lógica, que vai para além da resolução da saída dos jovens de casa dos pais.

A solução para a Habitação Jovem pode, e deve, ser uma resposta para múltiplos problemas de ordem social, económica e empresarial.

A habitação relaciona-se intimamente com o mercado imobiliário, com a requalificação das zonas históricas das cidades, com o arrendamento urbano e com a fixação da população no interior.

Paralelamente a estes factores, importa considerar as exigências dos níveis de conforto dos jovens, em especial no que diz respeito à mobilidade, ao acesso a equipamentos públicos, à proximidade com infra-estruturas e oferta cultural, às acessibilidades, entre outros factores.

A existência de medidas que favoreçam a fixação dos Jovens, em especial no Centro das Cidades, obedece à oferta de habitação a um preço acessível, sendo que tal concretização corresponderia, invariavelmente, à reabilitação do Centro das Cidades, trazendo a si mais moradores, geradores de movimento humano, o que atrairá investidores para esta área, criando um novo ciclo de desenvolvimento.

Os centros dispõem de oportunidades de habitação em prédios tradicionais, muitos deles devolutos, mas com boas hipóteses de restauro.

Ao contrário do que se possa pensar, **os jovens não procuram apenas os prédios mais modernos, mas sim os que, tendo as condições necessárias para a sua vida, sejam o mais baratos e tenha mais serviços na sua proximidade.**

A existência de um **Programa Nacional de Reabilitação de Prédios**, nas zonas históricas das Cidades, para posterior arrendamento a jovens e nos casos onde houvesse uma grande dinâmica académica, a jovens estudantes, por um preço competitivo, traria para estas zonas, novas dinâmicas sociais, ajudando não só a reabilitação dos prédios, como também o desenvolvimento económico desta zona das cidades.

De acordo com o INE, há cerca de **400 mil edifícios no País a precisar de grandes obras, tanto no litoral como no interior.**

Sendo certo que a mão-de-obra na requalificação destes edifícios representará, segundo dados da Ordem dos Engenheiros, mais de 50% dos custos totais de requalificação, não será difícil perceber o potencial económico, humano e social que uma reforma integrada que dê resposta aos desafios da habitação, podem trazer ao nosso País.

Atendendo que qualquer **reabilitação deverá ser feita pensando no futuro**, na sustentabilidade e no ambiente, critérios como os riscos sísmicos, a utilização de materiais

amigos do ambiente, ou ainda os consumos energéticos, representariam uma parcela importante nestas requalificações.

Ora, **uma reforma do sector da habitação não seria mais do que um investimento de proximidade que criaria postos de trabalho e dinamizaria as PME, num investimento nacional**, que não só as pessoas perceberiam, como iria gerar um *móvil* económico nas cidades, tanto do interior como do litoral, sendo certo que serviria as populações muito mais do que qualquer grande investimento público que o Governo queira promover.

Devemos inverter o paradigma do arrendamento jovem em Portugal.

Considerando todos os pressupostos anteriores, **a reabilitação urbana deveria ser conjugada com um regime de arrendamento urbano** – com o qual a JSD desde sempre se tem preocupado – **seja habitacional, ou até mesmo comercial**, que vise alterar os paradigmas de aquisição vs arrendamento e construção nova vs requalificação, que responsabilize os proprietários, depois de lhes propor uma parceria na valorização dos imóveis, para que daí resulte uma nova política de arrendamento a preços controlados para os jovens.

Neste contexto, o Estado deverá criar benefícios fiscais e até mesmo condições de financiamento diferenciadas, de modo a que os proprietários sejam incentivados a recuperar os imóveis, com a contrapartida de arrendar os mesmos a jovens por um período não inferior a 15 anos, a preços controlados.

Concretizados estes princípios, chega a hora de repensar, numa lógica integrada, programas como o Porta 65, que levou a que, por exemplo, em 2009, houvesse menos 25.000 jovens a beneficiar de um apoio especial ao Programa de Arrendamento Jovem

Vida Saudável

Aos jovens, hoje não chega viver, precisam de viver com qualidade, de ter uma vida saudável que previna riscos para a sua saúde ou qualidade de vida mas que não os condicione na sua liberdade de movimento, de conhecimento e de projectos ou experiências de vida.

A relação responsabilidade/vivacidade revela-se sempre difícil de equilibrar.

Para muita gente, a necessidade de viver a vida ao limite, naquilo que muitos adoptam como estilo de vida *Carpe Diem*, não é compatível com o viver com responsabilidade, embora o viver hoje como se não houvesse amanhã nunca se verifica porque o amanhã chega sempre.

Assim, as consequências e as responsabilidades não têm que ser coisas *chatas* ou vividas com um peso, mas antes devem ser consideradas numa perspectiva libertadora de futuro, sem constrangimentos ou consciências repressoras.

A prostituição, o álcool, a toxicod dependência ou a sexualidade, não são mais temas tabu ou “*fracturantes*”, como se dizia no passado.

Vivemos na sociedade da informação e não há mais temas tabu, dogmas ou realidades cristalizadas, sem que possam ser colocadas em causa.

A JSD deve manter-se atenta e informada sobre estes assuntos e revelar-se mais interventiva e orientadora em algumas destas matérias.

Devemos apostar na defesa das seguintes ideias:

- Assegurar a veracidade e qualidade das estatísticas que são feitas em Portugal, de modo a direccionar correctamente os esforços.

Os resultados de uma má estatística culminarão com uma má aplicação dos recursos financeiros que resulta de má gestão governamental.

É então importante apoiar a investigação científica e estatística para podermos ter números mais fiáveis e então, num ciclo vicioso positivo, aplicar cada vez melhor os nossos recursos.

- Conhecer a realidade continua a ser a única forma de a modificar, pelo que a adopção de medidas que modifiquem efectivamente comportamentos apenas podem ser sustentadas pela evidência.

Deste modo, a afectação de recursos deve suportar-se na melhoria do conhecimento e na qualidade da informação estatística.

Obesidade

A obesidade em idades jovens é um problema relevante que, no presente e no futuro, terá elevado impacto na qualidade de vida e na capacidade de assegurar cuidados de saúde.

Alimentação equilibrada e exercício físico são ingredientes para enfrentar a obesidade e, se estimulados nos jovens, se propagam eficazmente na sociedade.

A alimentação escolar tem um papel relevante na indução de comportamentos pelo que deverá ser uma área estratégica de desenvolvimento, contando com um maior cuidado no equilíbrio nutricional e com adequada fiscalização.

Desporto

O desporto reúne importantes qualidades indispensáveis à formação cívica e comportamental.

Promover a actividade física através do desporto escolar é estimular a competitividade, a resiliência, a auto-superação e a capacidade de lidar com a frustração.

Apostar na actividade física hoje é preparar um país futuro que não dependa de antidepressivos (física ou psicologicamente).

Permitir maior actividade física nas escolas, facilitar o acesso a equipamentos desportivos ou tão só facilitar espaços ao ar livre são necessidades imediatas.

Tabaco

Os malefícios do tabaco são conhecidos.

Importa ser efectivo nas estratégias que diminuam o número de fumadores e protejam o fumador passivo.

Para além das limitações nos espaços de fumo é relevante criar condições que diminuam o início de hábitos tabágicos nos jovens e **incentivar a desabituação tabágica.**

Acima de tudo, é importante sentir-se o exemplo nestas iniciativas e, como tal, **promover uma “JSD sem fumo”**, com a interdição e desincentivo de/a fumar em iniciativas por ela promovidas.

Criar uma Revista Digital de Saúde, trimestral, na qual serão discutidos assuntos de interesse para os jovens, para desenvolver um estilo de vida mais saudável com menos comportamentos de risco.

Álcool

O Consumo de álcool junto dos jovens, mais do que se ter democratizado pode considerar que se “anarquizou”.

O álcool é uma droga que vicia e traz prejuízos sérios a quem a consome, mas é também e em muitos casos um factor de risco público, nomeadamente na condução sob o efeito do álcool.

O álcool é actualmente o maior causador de vítimas mortais especialmente entre a juventude.

Uma educação para o consumo de álcool, através dos manuais escolares e com abordagens transversais nas disciplinas da escola podem e devem ser feitas, mas muito mais deve ser considerado.

Os consumos de álcool no meio académico, com consequências graves, como intoxicações, entre outras, são cada vez mais frequentes e precisam de uma abordagem determinada na contrariedade a este modelo social que se vem a generalizar.

Introduzimos então no debate **a necessidade de se realizar uma cruzada contra o consumo excessivo de álcool, onde todas as armas podem e devem, ser avaliadas, incluindo a possibilidade de aumentar a idade mínima de consumo de álcool para os 18 anos.**

Esta estratégia de combate ao consumo excessivo de álcool entre os mais jovens deverá ser obrigatoriamente acompanhada de um conjunto de medidas que visem a restrição à promoção do consumo de bebidas alcoólicas em espaços destinados aos jovens, reforçando os mecanismos de fiscalização, responsabilizando os infractores, com penas que podem corresponder, designadamente, à apreensão da licença de estabelecimento.

Os efeitos do álcool na condução devem também ser objecto de maior aprofundamento no momento em que os jovens tiram a carta.

A consciência dos efeitos prejudiciais para a saúde pública deve por isto, estar bem presente em cada condutor, principalmente nos mais jovens, no momento em que estão habilitados à condução.

Estas políticas devem ser acompanhadas por uma **estratégia de prevenção**, com a disponibilização de testes de alcoolemia, como acontece com os preservativos, seja nas farmácias ou em espaços de diversão nocturna, entre outras iniciativas de prevenção rodoviária.

Sexualidade

A iniciação à vida sexual, assim como ter uma vida sexual saudável, que compreenda o risco das DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e combata a gravidez precoce, obrigará a uma **abordagem directa e ambiciosa**, com um papel fundamental das Instituições de Solidariedade Social, que também aqui poderão dar um contributo particular.

A sexualidade deve conhecer uma abordagem complementar à da educação sexual, com conteúdos transversais a todas as disciplinas, analisando e acompanhando o comportamento sexual dos jovens, no que diz respeito à homossexualidade, à educação para

a diferença, à relação entre a gestão de expectativas dos jovens das relações emocionais, entre outras.

No domínio da homossexualidade, **a JSD deverá produzir uma reflexão profunda e sustentada sobre a adoção de crianças por casais homossexuais.**

Prostituição

Embora no passado este tenha sido um assunto na agenda da JSD, a prostituição não tem constituído uma preocupação nas políticas de juventude.

Mais do que uma questão moral, a prostituição é uma realidade, tão antiga como a humanidade, que não conhecerá um fim até ao final dos tempos.

A dignidade humana no apoio à saúde, na velhice e nos momentos de maior fragilidade, em especial no que a dependência dos mais fracos diz respeito, perante os mais fortes, com fenómenos de escravidão sexual, tráfico de pessoas e todos os atentados à dignidade humana, cometidos ao abrigo desta temática, não podem deixar qualquer jovem jovem.

A regulação desta prática, com acesso a cuidados de saúde e descontos sociais (que pudessem resultar, no futuro, em apoio na doença ou na velhice) **constituiria um passo social de grande maturidade social, o qual deve ser liderado por uma juventude partidária.**

A par disto, o combate à prostituição infantil e à exploração de qualquer ser humano, seja homem ou mulher, deverá ser reiterado, num combate à hipocrisia e à indiferença.

Adoção de crianças por casais homossexuais

A possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo sexo levantou a questão da adoção de crianças por casais homossexuais.

Não há estudos conclusivos sobre os efeitos no crescimento e desenvolvimento intelectual das crianças quando criadas por casais homossexuais.

Certo é que **a capacidade de amar uma criança não tem como base a orientação sexual do progenitor.**

Esta discussão deverá ser realizada pela JSD, mas **não podemos ficar indiferentes ao facto de haver casais que ambicionam poder amar uma criança**, dando-lhe todo o conforto e carinho de que necessita para um desenvolvimento pleno e crianças que ambicionam tais condições.

Ainda assim há constrangimentos sociais que colocam em causa tal concretização, aos quais não podemos também ficar indiferentes.

Importa contudo avaliar a forma como o casamento entre pessoas do mesmo sexo se desenvolve nos próximos anos, devendo introduzir a discussão da adoção num futuro próximo, considerando que a sociedade portuguesa conheceu recentemente um salto nos preconceitos sociais e que por isso mesmo deve consolidar tal realidade até estar disponível para iniciar um novo processo de evolução social.

Testamento Vital

O **Testamento Vital**, acompanhado por parecer médico, em casos de doença degenerativa e sem possibilidade de cura, deverá ser aceite, **sob nome próprio**, rejeitando a decisão sobre a vida e a condição de vida humana por terceiros.

A dignidade na morte deverá ser um direito pessoal e intransmissível!

Nutrição e Desporto

A vida saudável não se resume contudo às questões ligadas à sexualidade ou ao consumo de drogas.

Enfrentamos hoje complexos desafios globais, ligados à produção e cultivo de cereais que se traduzem na subida de preços destes bens, consequência de políticas ambientais, climáticas e agrícolas desequilibradas e erradas.

Embora de difícil compreensão de relação, esta realidade, a par de uma falta de educação alimentar, faz com que nas sociedades de hoje, as pessoas se alimentem mal, sem que haja uma grande preocupação política relativamente aos cuidados alimentares das populações.

O elevando consumo de sal e gorduras, com praticas erradas de confecção dos alimentos, faz com que a alimentação, em especial nos países ocidentais, leve a números alarmantes ao nível da obesidade, com consequências drásticas para a saúde.

Exemplos disso são doenças como a diabetes, tensão alta, obesidade mórbida e insuficiência cardíaca, entre outras.

A nutrição, acompanhada de uma política de prática de desporto, devem constituir uma relação presente na sociedade portuguesa e na qual algumas boas iniciativas têm vindo a tomar lugar, em especial pela iniciativa privada.

Um **IVA alimentar discriminatório**, negativo no consumo de bens alimentares que constituam risco moderado para a saúde pública, ou positivo para aqueles que representem um manifesto ganho nos hábitos alimentares, poderá ser uma medida a considerar.

Paralelamente a isto, deverá ser diferenciado o desporto lazer e o desporto de competição.

Hoje é dada uma atenção especial ao desporto de competição, em detrimento do desporto de lazer.

A JSD irá propor a criação de uma lei específica que regule esta matéria, que compreenda de forma integrada os agentes desportivos que desenvolvem trabalho neste domínio, como sendo ginásios ou clubes desportivos, mas também relacione as Autarquias e a Secretaria de Estado do Desporto.

Esta lei será parte da construção de um **Plano Nacional de Combate à Obesidade e Promoção do Desporto**, envolvendo e sensibilizando todo o País para estas temáticas.

Desenvolvimento Sustentado

O desenvolvimento sustentado compreende disciplinas tão específicas como são o urbanismo, o ambiente, a construção, os recursos naturais e em especial os recursos hídricos, as emissões de CO2 para a atmosfera, entre outras.

Ao contrário do que muitas vezes é considerado, o desenvolvimento sustentado não é um capricho da modernidade, mas antes um imperativo para com o futuro, pelo que é, seguramente, um tema que muito diz respeito aos jovens.

Uma vez mais, a resposta aos complexos desafios que o desenvolvimento nos traz, tem que ser realizada de forma integrada, com ligações entre os vários cenários em que esta matéria se desenvolve.

A **redução da pegada ecológica no ciclo de vida**, é uma das principais preocupações a ter conta nesta matéria.

A **redução do IVA considerando o rótulo de cada material**, ou a criação de um incentivo fiscal ou, em contrapartida, um agravamento para entidades que se revelem indiferentes ao prejuízo que trazem ao meio ambiente, deverão ser considerados e efectivados.

A **reciclagem**, nomeadamente dos lixos domésticos, deve conhecer um novo impulso. A sociedade Portuguesa está já familiarizada com a Reciclagem, devendo a mesma passar a ser **obrigatória** em todas as residências, na diferenciação de papelão, vidro, plásticos e resíduos orgânicos.

O **consumo de Água**, deverá obedecer a uma nova lógica de distribuição, mas terá de haver um compromisso nacional contra o desperdício de água.

Uma **profunda reavaliação dos meios de transporte de águas às populações** deverá ser considerada num incentivo à diminuição de perdas de carga e água existentes nas redes de consumo e abastecimento de águas.

A **organização da Floresta** tem, a avaliar pelos numerosos fogos a que temos assistido em Portugal, que conhecer um novo reordenamento e enquadramento legal.

Portugal não pode continuar a consumir a sua floresta, destruindo-a, sem que haja um verdadeiro **Plano Nacional de Gestão e Organização das Florestas**.

Portugal deve adoptar **critérios ambiciosos na emissão de CO2** para a atmosfera, mostrando-se liderante no que a esta matéria concerne, assumindo-se como um País exemplar no que diz respeito ao meio ambiente.

A orla costeira, com particular importância na **gestão e manutenção da qualidade da água do mar e da areia das praias**, em sintonia com uma estratégia marítima para o País, com respostas que vão desde o desenvolvimento económico com base na indústria marítima, passando pelo turismo e respeito pela fauna e flora marinhas terão de ser preocupações diárias do País e sendo os jovens utilizadores do mar em todas as estações do ano, devido à prática de desportos, deverão ter uma particular atenção a esta matéria.

Solidariedade inter-geracional

Outra das prioridades da JSD deverá centrar-se na Solidariedade inter-geracional!

O que propomos é a celebração de um **Pacto entre Gerações**, com direitos e deveres de parte a parte.

Pretendemos que a actual geração tenha em consideração o futuro nos compromissos assumidos no presente e pretendemos que essa consideração não se fique no plano da retórica política.

Queremos que seja aprovada uma Lei na Assembleia da República, que não permita que Governo algum possa onerar futuras gerações com *projectos faraónicos*, sem que haja uma garantia efectiva de tais investimentos não irão no futuro superar um tecto máximo de carga fiscal a pagar pelos jovens de hoje, para o qual deverá ser realizado um **teste de esforço futuro efectivo**.

Tal situação não seria necessária se, por exemplo, o Governo do Partido Socialista, se mostrasse sensível a tal argumento no momento da decisão de avançar com vários grandes investimentos públicos, no presente, endividando o País, e fazendo com que **cada Jovem nasça já com uma factura superior a €13.000 para pagar**, sem que tenha qualquer responsabilidade na matéria.

Em contrapartida, os jovens assumem um compromisso de solidariedade com as gerações mais idosas, no apoio a prestar na velhice.

Portugal enfrenta números de envelhecimento da população preocupantes e num futuro próximo a dignidade nas idades mais avançadas, bem como a responsabilidade de solidariedade dos mais jovens no apoio na doença, na habitação, no descanso em fim de vida com dignidade, no combate à pobreza, à solidão e à exclusão social, serão particularmente importantes, em especial num momento em que assistimos a atitudes sociais mais egoístas e desprovidas de preocupações com os mais desfavorecidos.

Defendemos ainda a **criação de um ajuste fiscal à poupança**, o que irá resultar num aumento de liquidez dos bancos, incentivando as famílias a pouparem, podendo até criar-se novos modelos de crédito e apoio familiar.

Considerando as medidas de longo prazo que hoje são tomadas, a voz e a opinião dos jovens ganha uma preponderância em particular.

Neste quadro deve ainda ser feito um esforço, para que **o acesso a cargos públicos, inclusive na elegibilidade de representantes dos partidos para cargos políticos, internacionais, nacionais, regionais e locais, os jovens sejam tidos em consideração**, sendo que um valor global correspondente a 25% dos lugares previsivelmente elegíveis, entre homens e mulheres, deve por isso ser atribuído a indivíduos com menos de 35 anos.

Regionalização

As assimetrias regionais são gritantes.

Os incentivos ao desenvolvimento do interior têm escasseado e verifica-se uma desertificação e conseqüente migração para as grandes cidades.

O Investimento Público e Privado, motivado por incentivos das mais variadas ordens, faz-se sem critérios de justiça e equidade.

Todos os modelos de combate às assimetrias se têm verificado, assim, aquém das expectativas e os modelos de descentralização estão longe de ser eficazes.

Fruto desta realidade, **defendemos que apenas a regionalização, com um modelo descentralizado e desburocratizado, pode contrariar esta tendência de um país a duas velocidades.**

Este modelo deve integrar uma **reforma da organização do Estado**, tendo em vista uma alocação de recursos que possibilite o não aumento da despesa do Estado, terminando com os Governos Cívicos e atribuindo novas funções, mais amplas às actuais CCDR's.

Poderá ainda avaliar-se a possibilidade de criar entidades metropolitanas e consórcios municipais para projectos de desenvolvimento regional, que correspondam às necessidades das populações e das regiões, compreendendo modelos de gestão e investimento partilhados.

Numa segunda fase, procederemos então a um Modelo de Regionalização com Governos Regionais, com funções próximas ao das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, para Áreas de desenvolvimento correspondentes as actuais NUTII.

Interioridade: O Interior também é Portugal

A questão da **falta de coesão territorial do país** tem sido amplamente debatida ao longo das últimas décadas. De facto, a questão da interioridade serve de bandeira em todas as campanhas eleitorais. Embora sem grandes resultados práticos, a verdade é que a recorrência deste debate confere, pelo menos, a certeza de que **o problema existe e o diagnóstico está feito.**

Inclusivamente, diversas medidas têm sido tomadas com o objectivo de contrariar esta tendência.

A construção de infra-estruturas públicas, as acessibilidades e os incentivos fiscais foram muito importantes para o desenvolvimento destas regiões, no entanto, o problema mantém-se.

A litoralização é um fenómeno crescente, a população decresceu significativamente nas regiões do interior, a economia esvaziou-se, a criação de emprego líquida apresenta um saldo claramente negativo e os fenómenos de emigração voltaram a manifestar-se, fruto da falta de oportunidades e da crescente degradação das condições de vida do interior e do próprio país.

Há, sem dúvida, medidas específicas que poderão resultar aqui ou ali numa melhoria localizada das condições de vida das pessoas.

Ainda assim, a falta de capacidade financeira do país que se prolongará, provavelmente, por décadas, leva a que todas as propostas políticas que implicam um aumento de despesa tenham de ser cautelosamente analisadas, sob pena de prejudicar o país como um todo. Importa, contudo, mudar e aprofundar a perspectiva de abordagem destas matérias, indo ao cerne do problema.

Acreditamos na defesa acérrima das seguintes ideias e princípios:

- Representatividade do Interior

O interior tem de ter voz, tem de ter capacidade reivindicativa.

A **falta de representatividade do interior nos pólos de decisão do país** contraria esta necessidade e o facto do sistema eleitoral privilegiar unicamente o critério populacional para atribuir peso eleitoral às regiões do interior faz com que vão perdendo peso e capacidade de influenciar as decisões tomadas nos centros de decisão.

Isto verifica-se no número de deputados eleitos pelos distritos do interior que, desde há décadas, está em perda constante.

Este decréscimo levará, a médio prazo, à absoluta irrelevância desta representatividade.

Como tal, na **determinação do número de deputados** a atribuir a cada círculo eleitoral, urge **aliar ao critério populacional um critério que leve em consideração a extensão territorial** do distrito/região, equilibrando, assim, a capacidade de decisão política do interior.

- Descentralização Administrativa

Não se compreende porque razão os serviços e instituições do Estado têm de ter sede em Lisboa.

A **desconcentração** destes **serviços** poderia, não só descongestionar uma região já sobrelotada aliviando os problemas de gestão urbana daí advenientes, mas também imprimir um alento extra às economias locais das cidades médias do interior.

Naturalmente que não se propõe, aqui, a retirada maciça dos organismos públicos de Lisboa. Defende-se, sim, que a criação de novos organismos seja, em regra, feita fora de Lisboa e que, gradualmente, se vão transferindo alguns serviços para outras cidades. Este seria um sinal muito importante para o país.

A descentralização de poderes para as autarquias municipais deverá também ser uma prioridade.

- Planeamento e Licenciamento Urbanístico

Ao nível do planeamento e licenciamento urbanístico há ainda muito a fazer no sentido de **transferir para as Câmaras Municipais as necessárias competências neste domínio.**

Esta transferência, gradual, poderia garantir uma **melhor adequação dos procedimentos**, fruto de um conhecimento de proximidade que só estes entes públicos detêm. Poderia também significar um **acréscimo de receitas para as Câmaras**, cujos cofres estão no Estado mas cujo papel no desenvolvimento socioeconómico das regiões mais desfavorecidas é inegável.

Importa também relevar que os sucessivos cortes a que os municípios têm vindo a ser sujeitos nos últimos anos prejudicam de forma muito mais grave os municípios do interior, onde o papel das Câmaras vai muito além das suas obrigações legalmente consagradas.

- Aposta nas Instituições de Ensino Superior

A **aposta nas Instituições de Ensino Superior enquanto instrumento de desenvolvimento** para as cidades médias do interior foi de importância fundamental nos governos do PSD.

Nos dias de hoje, importa levar esta aposta mais longe.

A repetição de inúmeros cursos em zonas geograficamente muito próximas prejudica gravemente a sua qualidade e reputação. É muito importante para estas instituições do interior terem escala e capacidade de atrair professores e investigação, de forma a poderem competir e ser atractivas,

Para isso, **a distribuição de cursos pelo país** – apesar do respeito pela autonomia das Instituições de Ensino Superior – **deve ser revista de forma a criar pólos de excelência em áreas específicas, com a necessária escala e massa crítica.**

As áreas de formação deverão, não só adequar-se ao meio socioeconómico em que se inserem, mas reflectir as prioridades de formação do país.

Sectores como o turismo, a agricultura e as florestas são fundamentais para o desenvolvimento do interior.

O próprio acesso ao Ensino Superior é mais difícil para os alunos do interior. Promover o acesso e a frequência no Ensino Superior, baixando os custos directos e indirectos que o seu acesso e a sua frequência acarretam são medidas que deve ser desenvolvida.

- Criação de Emprego

O fraco nível de criação de emprego no interior é uma realidade e manifesta-se, ainda mais, no que concerne à atracção de jovens.

Perante este facto deveremos defender:

- **Obrigatoriedade da prestação de estágios em zonas do interior** – à semelhança de uma medida já adoptada noutros tempos – para determinadas profissões, poderia levar à fixação de mais jovens nestas regiões e trazer-lhes um novo impulso, novos hábitos e uma nova dinâmica local;

As Associações Empresariais têm um papel relevantíssimo no apoio ao tecido empresarial destas regiões.

Muitas das vezes, os apoios existem ao nível nacional e comunitário mas não chegam ao conhecimento dos empresários.

Perante este facto devemos defender:

- Um acompanhamento mais próximo destas Associações, de modo a que os pequenos empresários do interior tenham um melhor índice de aproveitamento dos benefícios existentes.

Esta importância terá especial relevância no que concerne à floresta e agricultura.

- Agricultura

Ao sector agrícola, têm sido concedidos inúmeros subsídios e ajudas desde a adesão à CEE. No entanto, estes investimentos têm-se revelado curtos, por serem sucessivamente desperdiçados em projectos sem viabilidade económica.

Devemos defender:

- Uma contínua **aposta na formação empresarial específica no sector agrícola** é essencial, acompanhada de uma aposta nos investimentos com maior escala e mais competitivos internacionalmente;

- Uma **aposta na promoção de cursos técnicos “on job”** em vez dos actuais cursos de teóricos desadaptados da realidade local é também muito importante.

Floresta

Um dos maiores recursos do país situa-se no interior.

A floresta tem sido um parente pobre das políticas dos sucessivos governos.

É importante **apostar na Economia da Floresta**:

- Melhorar os mecanismos de apoio ao investimento com escala (só com grande escala este sector é rentável, para lá da industria da celulose);
- Apostar no desenvolvimento das ZIF's;
- Criar mecanismos jurídicos de aceleração da concentração do investimento em escala através de grupos de investidores e associações de produtores;
- Promover a concessão de explorações (o Estado é um grande proprietário);
- Introduzir mecanismos legais tendentes à reflorestação muito mais simples e menos garantísticos.

- Água:

Todos sabemos que os **sistemas multimunicipais de abastecimento de água do interior não têm capacidade para honrar os compromissos financeiros** derivados dos avultados investimentos realizados para dotar os sistemas de abastecimento de água de equipamentos que confirmam a qualidade desejada à água que sai nas nossas torneiras.

A juntar a isto, o enquadramento legal obriga as empresas e as Câmaras a reflectir o custo deste serviço no consumidor final.

Ora, em municípios do interior, sem escala, com muitas estações elevatórias, extensas condutas de abastecimento, esta operação tem um custo insuportável e que levará a um condicionamento irrazoável da utilização deste bem essencial.

Será vital para a sustentabilidade destes sistemas, o **estabelecimento de um princípio de solidariedade entre os municípios do interior e do litoral no que concerne à questão do custo da água**, caso contrário, a médio prazo, este custo onerará de forma insuportável os habitantes do interior, sendo mais um contributo para a desertificação.

- Regeneração Urbana

A aposta na regeneração urbana a nível europeu deve ser ainda maior nas cidades médias do interior.

Além da **dinamização económica e o potenciamento turístico** que acarretam, estas intervenções podem constituir-se como um excelente negócio para os municípios através das poupanças obtidas ao nível energético.

O investimento em edifícios auto-sustentáveis, iluminação pública led (com poupanças até 75%) e fontes de aquecimento de edifícios de grande eficiência energética pode aliviar sobremaneira as finanças dos municípios do interior (e não só), libertando verbas para outras áreas.

Urge, no entanto, criar condições para facilitar o acesso ao endividamento (directo ou indirecto através de parcerias com privados), sempre que este tipo de projectos tenha um *payback* rápido, de forma a não perder esta oportunidade de poupança.

Geração das Autonomias

A Autonomia **Política das Regiões Autónomas**, mais do que nunca, **deve merecer especial atenção dos políticos e da sociedade portuguesa.**

Na realidade cumpre ao Estado suprir as assimetrias e respeitar o princípio da continuidade territorial e da subsidiariedade.

Os sucessivos atropelos, avanços e recuos fazem com que as populações das Regiões Autónomas se sintam, muitas das vezes, alheias às preocupações e às opções políticas delineadas pelo Estado Central.

Os atropelos às Autonomias têm sido a evidência de uma falta de vontade efectiva dos actores políticos em Portugal que não acedem à ideia de que desenvolver as Autonomias e dotar as suas populações de melhores condições de vida, é também desenvolver o País, é também desenvolver Portugal!

Neste contexto, existem matérias respeitantes à Autonomia Regional que exigem uma rápida e correcta resposta.

Falar de autonomia das Regiões Autónomas exige-nos um pensamento aprofundado da actualidade política e das implicações que esta deverá ter no futuro do País e das Regiões.

A Autonomia, tal como a democracia, não pode nem deve ser estática, deve ser um processo evolutivo.

As Autonomias Regionais abriram caminho para o desenvolvimento dos territórios e das populações autónomas e fomentaram uma cultura de participação, responsabilidade e solidariedade. **Falar de Autonomia é assumir a assunção plena do respeito pelos objectivos e aspirações das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.**

O grande desafio às Autonomias Regionais reside na Revisão Constitucional que deverá ser garante de um regime autonómico insular na sua plenitude, consagrando os

instrumentos que assegurem aos Órgãos de Poder Regional garantir a satisfação das reais e legítimas aspirações das suas populações.

Esta luta que não pode, nem deve deixar arredados os Jovens, e em especial a Juventude Social-Democrata Portuguesa, pertencente a um Partido personalista, que se quer também mais autonomista e sensível para com as suas Regiões no Atlântico.

Assim, devemos defender as seguintes ideias e princípios:

1. **Alargamento das competências das Assembleias Legislativas Regionais**, para que em tudo o que não tenha a ver com os atributos de soberania (e não apenas na área da chamada competência concorrential do Governo e da Assembleia da República), os Parlamentos Regionais possam, apenas com subordinação à Constituição e ao Estatuto Político Administrativo, livremente legislar, consagrando as melhores soluções, em todos os sectores, na Região;
2. **Defesa do Modelo Educativo Regional, reivindicado pela Juventude da Região Autónoma da Madeira**, no sentido de se esclarecer o sentido e o alcance da competência regional na regulamentação e desenvolvimento das Leis de Base, prevendo, designadamente, que a par de uma Lei de Bases do Ensino, a aprovar pela Assembleia da República, compita às Assembleias Legislativas a aprovação de Lei de Bases de Ensino na Região;
3. **Relativamente ao Representante da República**, entendemos que qualquer uma das propostas apresentadas, quer pela Madeira, quer os Açores, são possíveis, desde que encontrando a solução sucedânea, imparcial e transparente dos diplomas regionais, no que se refere à apreciação da constitucionalidade e da legalidade, que **poderia passar pela figura do Presidente da República**.

A Autonomia tem permitido às Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores crescerem, modernizarem-se, desenvolverem-se e abrirem-se ao Mundo.

É tempo de continuar a dar o voto de confiança às Autonomias Regionais e, como tem vindo a ser feito, dotar estas de competências para poder decidir o melhor para o futuro dos seus territórios e suas populações.

A JSD, no momento de grande dificuldade económica, política e social que o País atravessa, deve falar a uma só voz, em especial nas matérias relativas aos interesses e anseios dos jovens da Madeira e dos Açores.

6. O que nos propomos mudar?

JSD: A tua organização

Rede JSD

A JSD é actualmente a maior estrutura de juventude partidária nacional com quase 40.000 militantes.

Apesar do elevado número de militantes, a estrutura continua a não funcionar em rede, o que nos dias de hoje representa um desafio e deve ser uma prioridade, dada a evolução tecnológica que a sociedade conheceu nas últimas décadas bem como a consolidação do processo de globalização que faz que esta seja a verdadeira sociedade da informação.

O nosso objectivo deve ser a criação de uma Rede JSD que consiga criar as condições necessárias e colocar ao dispor dos seus militantes todas as ferramentas para que estes consigam partilhar e divulgar uma mesma mensagem por um lado, e por outro, que consiga aproveitar a massa crítica existente e a experiência de cada um para partilhar e implementar as melhores soluções para os problemas dos jovens.

Ainda há muita gente que não tem sentimento de pertença ao todo nacional; sentem-se parte da secção X ou Y, da Distrital A ou B, mas não de um todo nacional.

Esta Rede não se cria com uma alteração estatutária, nem como uma simples decisão, mas alimenta-se todos os dias com pequenas decisões, acções, informações ou ferramentas colocadas ao dispor dos militantes.

Neste cenário ideal, facilmente compreendemos que a mensagem da JSD teria um sucesso substancialmente maior, com uma maior abrangência e alcance junto dos seus destinatários alvo.

A JSD tem de conseguir ter uma relação próxima com cada um dos seus militantes, bem como com as estruturas locais, distritais, regionais.

Os militantes da JSD são o seu activo mais importante.

Não basta a uma Comissão Política Nacional decidir ter uma iniciativa para que esta seja um sucesso, é necessário o envolvimento de toda a estrutura da JSD.

Para que este envolvimento seja uma realidade não podemos funcionar numa lógica vertical, de cima para baixo e vice-versa. É absolutamente necessário que a estrutura funcione em rede, ao mesmo nível.

É esta que deve ser a missão da Rede JSD.

Medidas da Rede JSD:

- Cartão de militante:

Um dos direitos que o militante tem é ter o seu cartão de militante, no entanto desde há vários anos tal não tem acontecido.

Connosco cada novo militante receberá o seu cartão.

- E-mail de boas-vindas:

Quando um jovem se inscreve na JSD espera que alguém lhe dê as boas-vindas.

No entanto, hoje em dia, um novo militante não recebe qualquer *feedback* quanto à sua inscrição.

Connosco um novo militante receberá um e-mail de boas-vindas bem como documentos e informações úteis a quem ingressa na nossa estrutura, como contactos da sua secção, estatutos e campanhas que estejam a ser desenvolvidas.

Informação atempada das iniciativas:

Um militante da JSD, seja dirigente ou não, não pode ser informado pelos jornais das acções que se realizam.

Têm de ser privilegiado no que respeita à informação de actividades.

Por essa mesma razão, iremos enviar atempadamente para os nossos militantes e para as estruturas locais tudo o que estiver relacionado com as iniciativas a desenvolver, nomeadamente: outdoors, documentos, vídeos, entre outros.

Site:

Disponibilização às estruturas locais e distritais de um site pré-concebido em que essas estruturas apenas tenham que colocar os seus conteúdos.

Assim, conseguiremos que toda a estrutura da JSD tenha a possibilidade de ter o seu site e ao mesmo tempo aceder à informação nacional.

Email@JSD:

Queremos disponibilizar às Secções um email com o domínio JSD.

Esta ferramenta, essencial nos nossos dias, irá permitir a cada órgão, de Secção ou Distrital, ter o seu email independentemente de quem o dirige, sendo apenas necessário mudar a password no dia em que existirem eleições.

Intranet de partilha de conhecimentos:

Disponibilização de uma Intranet para partilha de boas ideias.

Queremos assim criar uma rede onde cada órgão possa consultar as iniciativas inovadoras de outros órgãos e colocar também as suas.

Desta maneira funcionaremos em rede no que respeita à divulgação de iniciativas e será possível às secções aproveitarem as melhores práticas para os temas que pretendem abordar.

Novas Ferramentas Tecnológicas:

Numa sociedade da informação, caracterizada pela crescente globalização, assente no pleno desenvolvimento das novas tecnologias, também a JSD deve desenvolver e adaptar toda a sua Estrutura a esta nova realidade.

Neste contexto pretende-se potenciar a prestação de serviços por parte da Estrutura da JSD, apostando num novo conceito virtual de Secretaria-Geral (Secretaria Virtual 3.0), assente num novo Portal Web da JSD (Portal Web 3.0).

Através da Secretaria Virtual 3.0 e do Portal Web JSD 3.0 será possível à Estrutura fomentar o desenvolvimento da Rede JSD.

Secretaria Virtual 3.0

Numa sociedade da informação, caracterizada pela crescente globalização, assente no pleno desenvolvimento das novas tecnologias, também a Juventude Social Democrata deve desenvolver e adaptar toda a sua Estrutura a esta nova realidade.

Através da Secretaria Virtual 3.0 e do Portal Web JSD 3.0 será possível à Estrutura fomentar o desenvolvimento da Rede JSD.

Secretaria-Geral Virtual

Com base na utilização das plataformas virtuais pretendemos criar na internet uma verdadeira plataforma de apoio a toda a estrutura, fazendo de cada militante um pleno intérprete da JSD, passando a funcionar em rede e com ferramentas de trabalho disponíveis em tempo real aos militantes e a toda a estrutura.

Este é um dos objectivos que temos para que no imediato a JSD seja uma estrutura mais funcional, presente e próxima de cada militante.

Disponibilizar às estruturas da JSD (locais e regionais) uma **série de serviços** que lhes permitirão ter, com **mais facilidade, acesso aos militantes e mais qualidade nos seus conteúdos**:

- Convocatórias para plenários ou reuniões;
- Envio de mensagem personalizada de boas vindas aos novos militantes;
- Envio de newsletters / notícias através de email aos militantes;
- Introdução e publicitação de actividades;
- Envio de SMS aos militantes;
- Modelos de Documentos Importantes (minutas de actas; modelos de pedidos de autorização de utilização de espaços; modelos de convites a oradores para conferências / debates / palestras; modelos de carta padrão (personalizado automaticamente para cada estrutura);
- Personalização de cartazes para iniciativas utilizando bases genéricas editáveis que permitam à estrutura manter uma imagem coerente e reconhecida pelos jovens (mesmo tipo de fonte, mesma estrutura de cartazes, respeitando as mesmas cores e utilizando sempre a versão correcta do logótipo);
- Material para moderação / criação de debates ou discussões à volta de determinado tema (uma espécie de fact-sheets a serem utilizadas pelos moderadores).

Portal JSD Web 3.0

O Portal Web da JSD deverá ser por um lado uma ferramenta para toda a Estrutura e por outro o principal meio de informação da JSD.

1 - Como Ferramenta para a Estrutura:

O Portal Web da JSD deverá permitir a todos, seja a nível local seja a nível nacional, a exigência de um espaço próprio dedicado (integrado no Portal da JSD a nível nacional), com endereço de acesso próprio e permitindo divulgar as suas próprias iniciativas.

Este espaço próprio, dedicado às estruturas locais e da sua total responsabilidade, deverá ter as seguintes funcionalidades:

- Link para redes sociais / blogues;
- Feed tweeter da Secção;

- Colocação de notícias e comunicados;
- Galeria de vídeos e imagens;
- Fóruns de discussão sobre tópicos de interesse da estrutura (moderados pela própria estrutura e pela nacional, que vinculem apenas as opiniões dos participantes e nunca a da JSD e que sejam acessíveis apenas por militantes);
- Abertura de sondagens;
- Criação de wikis para elaboração de documentos de forma colaborativa pelos participantes.

2 - Como Fonte de Informação:

O Portal Web da JSD deverá permitir aos nossos diferentes públicos-alvo um acesso rápido e claro a todos os conteúdos criados pela JSD a nível nacional.

Conteúdos:

- Moções;
- Notícias;
- Comunicados;
- Propostas legislativas;
- Actividades dos deputados JSD;
- Calendário e divulgação de actividades;
- Vídeos e fotos das actividades onde participam membros da CPN;
- Press clipping;
- Kit para imprensa (fotos Presidente da JSD, logótipos, história JSD entre outros);
- Informação genérica e institucional.

Academia Social Democrata

A criação de um **Programa Nacional de Formação Política**, realizado ao longo do ano, em cada distrito, com vários módulos, ministrado por formadores de reconhecido valor e experiência, elevando para um nível ainda superior a qualidade dos militantes da JSD.

Esta será a Academia JSD, um novo e mais ambicioso passo na formação Política da JSD.

Aprofundaremos assim a relação da JSD com os seus militantes, dotando cada militante da JSD de competências ímpares no panorama político das juventudes partidárias em Portugal, tornando-o um intérprete no futuro de Portugal.

Formação Política

A JSD deverá defender que uma percentagem do financiamento partidário proveniente do Estado seja obrigatoriamente investida em Formação Política por parte dos Partidos Políticos.

Através desta alteração na Lei do Financiamento dos Partidos Políticos, a ser proposta pelos Deputados da JSD integrados no Grupo Parlamentar do PSD na Assembleia da República, os Partidos passariam a ser obrigados a investir o valor relativo a essa percentagem (2%) em formação política, podendo para isso, contratar as melhores Instituições de Ensino Superior (Nacionais e Estrangeiras), Fundações, Centros de Estudos Políticos, ou mesmo Empresas Privadas na Área da Formação, bem como fazer a sua própria gestão da formação.

A JSD deve acreditar na premissa de que se os quadros políticos tiverem melhor preparação, mais qualidade e mais respeito pelo interesse nacional, a qualidade da Democracia em Portugal será substancialmente superior.

A JSD deve ainda defender que os Partidos Políticos portugueses tenham a responsabilidade e a obrigatoriedade de cooperar activamente ao nível formação política com os Países de Língua Oficial Portuguesa, com especial incidência nos PALOP e em Timor-Leste.

Acreditamos que com esta medida os contribuintes portugueses verão os seus impostos investidos em algo que consideram mais útil, que é a formação política, pessoal e cívica e não apenas em Marketing Político, como tem sido habitual até aqui.

A Formação será assim um novo desígnio partidário que corresponderá a um aumento indiscutível da qualidade da democracia, tornando os políticos mais conhecedores, conscientes, determinados e com melhores ferramentas para resolver os desafios que se apresentação às populações.

Jovens Autarcas

As Autarquias desde sempre assumiram um papel relevante no desenvolvimento do País. Portugal desde sempre se assumiu como um país marcadamente municipalista.

No actual modelo de desenvolvimento do País, as Autarquias Locais tem vindo a desempenhar um papel de elevadíssima importância, com crescentes competências a serem-lhes delegadas em diversas áreas de actuação.

As Autarquias assumem assim em muitos dos casos o verdadeiro motor desse desenvolvimento, substituindo o Poder Central.

Em 2013, com base na Lei que limita os Mandatos Autárquicos, mais de 60% dos Autarcas actualmente eleitos pelo PSD não terão a possibilidade de se recandidatarem, o que faz com que a renovação política dos nossos quadros deva ser uma prioridade já em 2011.

A renovação política dos quadros do Partido deve ser acompanhada de um maior peso e de **uma maior participação dos Jovens Quadros da JSD**, pelo que urge preparar a nossa estrutura e apostar na Formação Política, uma das bandeiras desta Candidatura, em especial na vertente Autárquica.

O papel fundamental desempenhado pelos Órgãos Concelhios e Distritais da JSD na última Campanha Autárquica, bem como a consciencialização por parte das diversas candidaturas do PSD da sua importância, levaram a que a JSD seja a estrutura partidária jovem portuguesa com maior número de mandatos autárquicos.

Torna-se imprescindível que a futura Comissão Política Nacional da JSD consiga **criar as condições necessárias para a existência e consolidação de uma relação estreita com os seus Jovens Autarcas**, dotando-os de ferramentas/meios para que estes possam desenvolver a sua actividade, tendo como finalidade primeira o desenvolvimento de políticas de juventude de âmbito local, diferenciadoras e de qualidade assinalável.

A JSD deve ter consciência da importância do **desenvolvimento de uma Estratégia Nacional, no âmbito da Formação Autárquica**, quer para os actuais autarcas da JSD quer para os potenciais elementos a integrar as listas em futuras eleições autárquicas.

Assim, entendemos ser necessário deverá defender neste âmbito as seguintes medidas:

- a) **Desenvolvimento de ferramentas tipo “chave na mão” que os Jovens Autarcas possam aplicar aos seus concelhos** (exemplos: kit de Criação de uma Associação Juvenil; kit para a criação do Cartão Jovem Municipal em parcerias com o Cartão Jovem Nacional);
- b) **Criação e desenvolvimento de uma nova bolsa de ideias por sectores**, com enfoque nas políticas de juventude, tendo como base de partida a actual

- bolsa de ideias, desenvolvendo ainda mais as iniciativas que considerarmos mais importantes e estratégicas;
- c) **Criação de uma Network de Jovens Autarcas**, na qual estes possam trocar contactos em rede, experiências, colocar questões, tirar dúvidas, enviar sugestões, desenvolver e potenciar parcerias locais, entre outros;
 - d) **Desenvolvimento de uma Estrutura Informal que potencie o Apoio Jurídico mais eficaz aos autarcas da JSD**, com mandatos nas oposições dos respectivos órgãos autárquicos;
 - e) **Realização de iniciativas de promoção da participação activa dos Jovens Autarcas** nas reuniões dos Executivos Camarários, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia com envolvimento dos Agrupamentos de Escolas Locais;
 - f) **Criação nas Câmaras e/ou Juntas de Freguesia com mandatos da JSD do Gabinete de Apoio ao Jovem** com o objectivo de centralizar todas as informações ao nível de medidas nacionais e locais de juventude, nomeadamente: Acesso ao Programa Porta 65; Arrendamento Social; Acesso a loteamentos municipais; Cartão Jovem Municipal e/ou Nacional; Políticas de apoios aos jovens empresários e empreendedores; Acesso às Pousadas da Juventude; Acesso às iniciativas do INATEL; entre outras;
 - g) **Disponibilização e divulgação das ferramentas tipo “chave na mão”, anteriormente defendidas;**
 - h) **Criação de uma Sistema Municipal de Apoio aos Estudantes com maiores dificuldades económicas, sociais e escolares**, no sentido de se proporcionar a nível local a criação de uma estrutura capaz de proporcionar as condições necessárias para a realização de explicações, estudo acompanhado bem como orientação vocacional.

7. O que será diferente na JSD?

Call for papers JSD

A JSD deve cada vez mais ser o Partido da Juventude, deve ser a Voz dos Jovens na Política.

Cada vez mais existem projectos e estudos desenvolvidos pelos jovens que não chegam aos partidos, por diversas razões que não importa agora explorar.

Esses projectos, saídos das Universidades, Institutos Politécnicos, Centros de Estudos, Associações Juvenis, Estudantis ou Culturais, ou meros processos de reflexão, **constituem um capital de conhecimento e informação profundamente valioso para as organizações políticas e em particular para a JSD.**

Contudo, sabemos que os autores desses projectos nem sempre se sentem seduzidos para o fenómeno político, rejeitando por isso mesmo o compromisso e a dedicação a que está ligada a militância num partido, pelo que cada vez é mais difícil poder contar com o contributo social em que estes projectos poderiam resultar, não sendo possível contar com a boa vontade da cedência do trabalho de muita gente.

Neste quadro e não obstante o desenvolvimento de um plano aprofundado de estudos na JSD, com particular relação com o Instituto Sá Carneiro, **a JSD irá criar anualmente 3 prémios para os melhores contributos sociais, empresariais ou políticos que a sociedade queira prestar, num Call for papers.**

Com um júri criado para o efeito, procuraremos divulgar e difundir a JSD junto dos meios académicos, culturais e artísticos, manifestando **a nossa vontade de premiar o contributo e a produção que a sociedade realiza, num primeiro passo para a troca de opiniões e expressões com a sociedade que nos rodeia.**

Embora conscientes do arrojo da proposta, acreditamos que a JSD irá obter um ganho profundo na utilização destes projectos, potenciando a criação de relações privilegiadas entre a JSD e outros organismos, investigadores, pensadores e jovens em geral.

Voto Aos 16 Anos

A construção de uma cidadania consciente, activa e informada; em suma, uma cidadania plena **deve ter como pano de fundo uma educação orientada para os valores, para a democracia, a cidadania e a construção de um modelo social que compreenda o Espaço Europeu, mas também uma Identidade Nacional.**

Os jovens assumem um papel liderante no futuro e as suas escolhas devem começar a ser alvo de informação e formação desde cedo.

Assim, defendemos que seja iniciado um **Processo de Educação para a Cidadania**, para que dentro de 5 anos, **os jovens com 16 anos estejam conscientes e plenos das suas obrigações, deveres e direitos enquanto cidadãos, tenham um conhecimento mínimo das instituições democráticas e possam desta forma estar aptos a exercer o direito de voto.**

Na verdade, aos 16 anos um jovem pode já conduzir um veículo na estrada, pode comprar casa, ser criminalmente imputável ou ainda contrair matrimónio mas não pode ainda votar, facto que se pode considerar contraditório.

Este é, portanto, o nosso compromisso com a escolha; o nosso compromisso com a liberdade; o nosso compromisso com uma geração: decisão consciente, voto aos 16 anos!

8. Carácter Político, Corpo Jovem

Política de Valores

O descrédito do sistema político e dos representantes do eleitorado é uma realidade com que diariamente nos deparamos e que a continuar poderá colocar em risco o sistema democrático, a qualidade de vida das populações e uma falência do estado de direito, introduzindo um clima de suspeita e condenação que afasta as pessoas do fenómeno político.

Urge encontrar respostas que contrariem esta tendência.

A JSD deve defender uma política de mérito, de valores, de princípios e por isso avançamos com dois tópicos sobre esta matéria.

Para a credibilidade do sistema democrático defendemos:

1. A impossibilidade de candidatura ou suspensão de Mandato a políticos acusados em Processos relacionados com Corrupção, Peculato ou abuso de confiança;
2. A impossibilidade de candidatura de Políticos condenados por processos relacionados com o exercício de funções públicas.